



Departamento de Economia

Cidades Criativas e Envelhecimento Populacional

Gustavo Toshiaki Lopes Sugahara

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:
Doutor Pedro Costa, Professor Auxiliar
ISCTE-IUL

Setembro, 2009

Resumo:

Dois grandes fenómenos vão continuar a influenciar decisivamente a organização colectiva da humanidade: a urbanização e o envelhecimento demográfico. Estas realidades apresentam impactos tão significativos que é praticamente impossível planear e pensar o futuro sem ter em conta as suas transformações. Com o reconhecimento da importância da criatividade para o desenvolvimento observamos ainda a proliferação de conceitos e políticas que procuram promover a criatividade nas cidades, as cidades criativas. O nosso objectivo é avaliar as políticas de cidades criativas tendo em vista os desafios colocados pelo envelhecimento demográfico.

Os resultados preliminares da presente dissertação apontam não apenas para uma forte compatibilidade entre as cidades criativas e as políticas para o envelhecimento, mas igualmente para um terreno de relações ainda pouco explorado e com forte potencial.

Palavras-chave: Criatividade; Envelhecimento, Planeamento Urbano, Cidades-Criativas
JEL: O18; O21

Abstract:

Two important phenomena will continue to influence the collective organization of humanity: Urbanization and demographic ageing. These realities have such a significant influence that it is practically impossible to plan and to think about the future without taking the changes they represent into account. With the recognition of creativity's importance for development, we can see the spread of concepts and policies that are aiming to promote creativity in cities; the creative cities. Our objective is to evaluate the policies of creative cities, with a focus on the challenges that demographic ageing represent. The preliminary results that are presented in this dissertation suggest not only that there is a strong compatibility between creative cities and ageing, but also that these relations are still relatively under-explored and with a strong potential.

Key words: Creativity, Ageing, Urban Planning, Creative Cities
JEL: O18; O2

Agradecimentos

A concretização deste trabalho envolve muito mais do que as horas e as pessoas directamente envolvidas. Para não incorrer na injustiça de falhar com alguém, digo apenas que não teria feito este percurso sem o apoio de muita gente. Em particular da minha família, a que me deu forças para partir, e a que me acolheu ao chegar. Dos meus colegas do Dinâmia, com quem aprendi muito e partilhei de um ambiente de trabalho espectacular. E de muitos amigos, que fizeram os dias terem sentido.

Agradeço particularmente o Professor Doutor Pedro Costa, cuja orientação, marcada pela paciência e disponibilidade, foi a principal responsável pela viabilização deste trabalho.

Agradeço ainda ao meu colega e amigo Bruno Vasconcelos, com quem percorri parte significativa deste percurso de investigação. Não poderia deixar de agradecer a disponibilidade e o importante apoio do meu colega e amigo Nuno Serra, fundamental na etapa final desta tese.

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Cidades Criativas – Conceitos, Experiências e Políticas	5
2.a Cidades, Conhecimento e Inovação	7
2.b. Indústrias Criativas e Criatividade	13
2.c Cidades Criativas: Tipologias Síntese e as lições dos estudos de caso	30
3. O complexo Envelhecimento Demográfico	36
3.1 A multidimensão da velhice e o paradoxo da longevidade	39
3.1.a Dinâmicas do Envelhecimento Populacional – Origens e Tendências	41
3.1.b O Paradoxo da longevidade – A velhice como problema	60
3.2 Políticas para o Envelhecimento	62
4. Envelhecer nas cidades - Cidades Criativas e Envelhecimento Demográfico – Observações com base em estudos de caso	65
4.1 Envelhecer nas cidades	66
4.1.a Transformar as Cidades de e para os idosos	67
4.1.b Envelhecimento Populacional Urbano e Criatividade	72
4.2 Os Estudos de Caso do Projecto Creatcity	75
5. Conclusões	83
Referências	87
Anexos	I

1. Introdução

Um dos grandes fascínios da investigação científica é a possibilidade de antever resultados. Salvaguardadas determinadas condições, *ceteris paribus*, espera-se controlar os efeitos em determinada experiência. As ciências sociais também são frequentemente acometidas por este impulso, antever o futuro, prever resultados. Embora não seja esta a motivação que balizou a escolha do tema deste trabalho, a “previsibilidade” de algumas tendências que aqui debatemos talvez seja o seu maior apelo, no intuito de despertar a atenção para a importância dos temas abordados.

Como veremos, duas realidades parecem ser incontornáveis no actual rumo da humanidade: (i) o processo de urbanização, com o aumento no número de pessoas a viver nas cidades; e (ii) o envelhecimento demográfico, que deve continuar a ter um forte impacto sobre a organização colectiva.

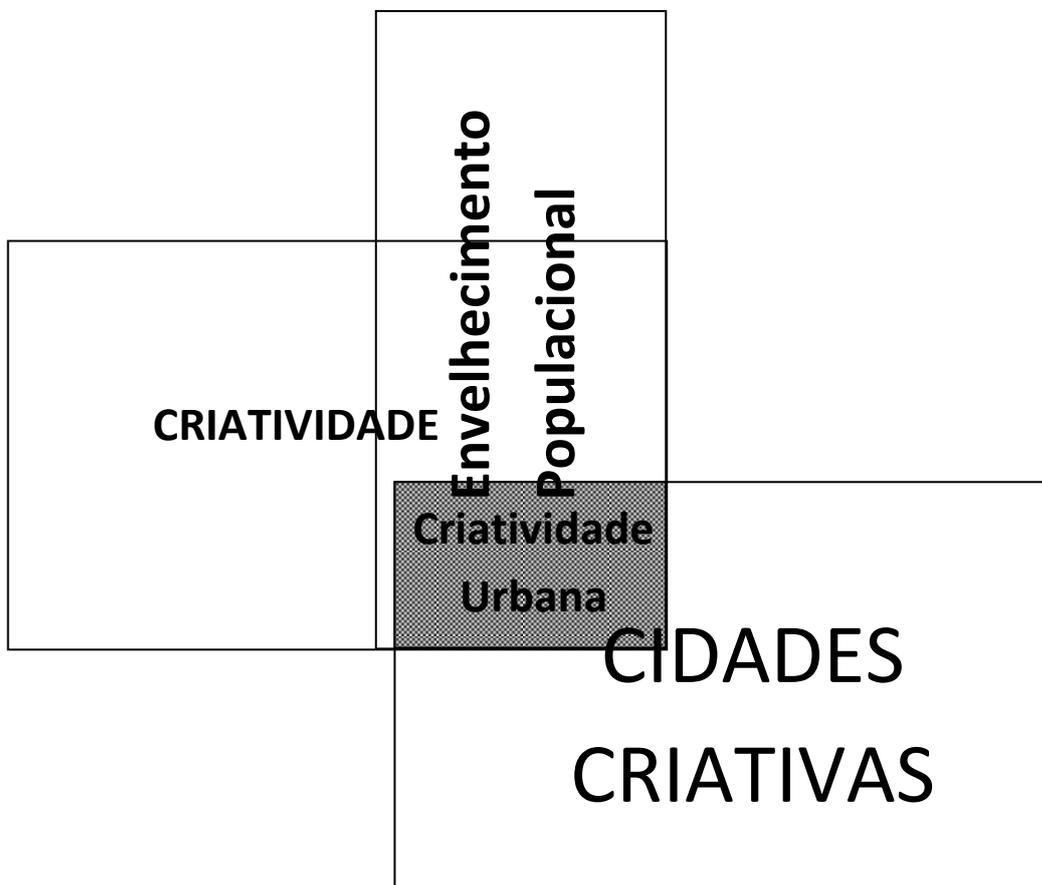
Actualmente o debate em torno do planeamento urbano, ao invocar estratégias, conceitos e experiências de Cidades Criativas, tem merecido grande destaque na agenda política internacional e na academia. Como conceito ainda em construção e consolidação, as Cidades Criativas reflectem algumas alterações em curso no próprio processo desenvolvimento do conhecimento, o que resulta numa complexidade acrescida. Tal complexidade, que envolve uma grande diversidade de momentos e realidades distintas de análise, frequentemente dá-nos a sensação de não aderência. Por outro lado, essa complexidade também pode ser vista como vantajosa, se a entendermos como ferramenta multifacetada e maleável para enfrentar os desafios contemporâneos, mais efectiva na perspectiva de encontrar respostas às necessidades de definição de políticas e consequente orientação na interpretação, análise e tomada de decisões.

O nosso objectivo é portanto avaliar as políticas de Cidades Criativas tendo em vista os desafios colocados pelo envelhecimento demográfico. Assim, questionamo-nos: É possível e desejável conciliar as políticas de Cidades Criativas com as políticas para o envelhecimento demográfico?

A figura 1 sintetiza os desafios aqui propostos. Numa primeira etapa exploramos os conceitos, as experiências e as políticas que invocam as Cidades Criativas. Destacamos a importância das cidades, do conhecimento e da inovação para o desenvolvimento das

sociedades contemporâneas, e de seguida apresentamos as linhas gerais do debate em torno dos conceitos de indústrias criativas e criatividade. Reconhecida a existência de dinâmicas criativas muito para além das políticas de cidades criativas, importa perceber quais as possibilidades e potencialidades da sua relação com as políticas para o envelhecimento.

Figura 1 – Conceitos e Objectivos



No terceiro capítulo procuramos apresentar as linhas gerais do debate sobre o tema do envelhecimento demográfico partindo de uma introdução conceptual sobre o seu significado e possibilidades de interpretação. Tendo em vista a diversidade de processos

e características do envelhecimento, e a perspectiva de observar o tema de forma global, apresentaremos uma análise com base em informações fundamentalmente quantitativas que ilustram os principais desafios consensualmente estabelecidos na agenda internacional. Como veremos, a mudança da estrutura demográfica já alterou profundamente a estrutura etária de muitas regiões do mundo e representa uma das principais fontes de alteração na organização colectiva a nível global.

O quarto capítulo articula os dois anteriores destacando as particularidades do envelhecimento demográfico urbano e os desafios colocados às políticas de Cidades Criativas. A partir de uma introdução histórica, procuramos situar a construção da relação dos idosos com as cidades, bem como as potencialidades e desafios que dela resultam. Apresentamos os desafios da integração dos idosos nas cidades e sua concretização em linhas base de políticas para a promoção do chamado envelhecimento activo. Destacamos ainda as particularidades do debate em torno da criatividade na velhice e sua relação com o meio urbano.

Como parte integrante do projecto *Creatcity*¹ este trabalho beneficiou de parte significativa do debate teórico e dos resultados obtidos pela equipa. Beneficiou ainda da oportunidade de participar no trabalho de campo cujos reflexos nas reflexões são visíveis na análise dos estudos de caso do projecto, onde questionámos sua compatibilidade e actuação face às políticas para o envelhecimento. O objectivo centrou-se portanto em explorar de forma mais concreta as possibilidades de conciliação entre as políticas e experiências de Cidades Criativas e a questão do envelhecimento demográfico.

É importante lembrar que, embora as tendências de urbanização e envelhecimento sejam uma característica global, estes processos possuem características bastante distintas consoante a região do mundo que consideramos. Perante esta diversidade, entamos nesta etapa da investigação identificar algumas características transversais, optando por uma abordagem “não localizada”. Assim, pese embora o facto da observação feita na

¹ Coordenado pelo Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica (DINÂMIA) em Lisboa, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o projecto *Creatcity* tem como objectivo aumentar o conhecimento e construir linhas estratégicas de actuação sobre os quadros, as dinâmicas e os mecanismos de governança susceptíveis de promover e enraizar a vitalização urbana, a criatividade e a competitividade das cidades.

fase final ser centrada em estudos de caso específicos, a análise dos conceitos, das dinâmicas e desafios, relativos ao processo de envelhecimento e das cidades, foram abordados numa perspectiva “global”. Os indicadores, tendências e características tentam reflectir um processo sem um vínculo territorial específico com determinada região ou país.

2. Cidades Criativas – Conceitos, Experiências e Políticas

O conceito de Cidades Criativas continua a gerar alguma estranheza e resistência. A generalização do seu uso no discurso política e o seu enraizamento “recente” como objecto de estudo académico são alguns dos factores que impossibilitam que este conceito seja invocado de forma a que o seu significado seja imediatamente partilhado entre os diferentes interlocutores. Em diversas vertentes académicas o conceito cidades criativas ainda é pouco legitimado, e a sua evocação ainda pode soar como puro neologismo, vazio de sentido e de rigor.

Entre os diversos actores e interessados em geral na gestão pública, em particular aqueles mais relacionados com o planeamento urbano e a área da cultura, é praticamente impossível encontrar alguém que desconheça por completo ou nunca tenha ouvido falar das “cidades criativas”. Como afirma Hansen (2001: pp. 853) o conceito de cidade criativa pode ser visto como o mais recente produto de *marketing* territorial, frequentemente utilizado na disputa entre cidades para a atracção de investimento. A generalização do seu uso acaba por ter o efeito perverso da falta de correspondência entre a retórica e a acção / realidade.

Uma melhor compreensão dos factores que geram resistência, confusão e engano, em relação ao uso do conceito de Cidades Criativas permite obter importantes frutos. Em primeiro lugar, e para os fins específicos do percurso aqui pretendido, importa enunciar alguns dos fundamentos teórico que estão na origem do conceito e que serão posteriormente evocados.

Em segundo lugar, procuramos explicitar algumas das eventuais fragilidades frequentemente associadas ao conceito, o que eventualmente nos permitirá desmistificar certas visões pré-estabelecidas, cujas origens pretendemos igualmente explorar.

Por fim, esta reflexão deve possibilitar a todos os interessados no tema um uso mais consciente e, conseqüentemente, mais adequado do ponto de vista didáctico, com diversos desdobramentos positivos, do ponto de vista da comunicação, divulgação e concretização no desenvolvimento do conceito.

Se por um lado as dificuldades no uso do conceito de Cidades Criativas resultam das questões já enunciadas, como a generalização pouco criteriosa e o reconhecimento recente na academia, outra grande fonte de resistência reside na sua natureza multidisciplinar. Embora fortemente relacionado com áreas como o planeamento urbano, economia do território, geografia urbana, entre outras, o universo de cientistas que tem demonstrado interesse no tema é extremamente vasto e são ainda escassos os consensos partilhados.

A consciência da pluralidade de abordagens até aqui referida, aliada às ideias do ruído gerado pelo uso puramente retórico, bem como do processo em curso de construção de bases conceptuais partilhadas, é fundamental para manter a dinâmica viva de um conceito que é rico pela sua complexidade.

Neste capítulo exploramos o conceito de Cidades Criativas, a sua origem e uso diverso, da academia, à intervenção política, passando pelas experiências concretas traduzidas em alguns estudos de caso. O intuito é o de construir a base conceptual do nosso entendimento sobre Cidades Criativas, mais concretamente, sobre Políticas de Cidades Criativas.

Numa primeira secção enunciamos algumas ideias que nos auxiliam a compreender as principais questões do debate actual sobre as cidade, em particular a importância que o conhecimento e a inovação passaram a ter no planeamento e na agenda política e académica e, conseqüentemente, a sua influência na construção dos conceitos, experiências e políticas de Cidades Criativas.

Como veremos, o reconhecimento do papel destes dois factores revela entre os principais resultados um aumento de interesse pelo papel da criatividade no desenvolvimento, e em torno das chamadas Indústrias Criativas. Este último aspecto será o foco da terceira etapa do capítulo, em conjunto com uma discussão mais alargada sobre o tema da criatividade.

Na última parte apresenta-se a discussão em torno das Cidades Criativas propriamente ditas. Procuramos abordar os diversos usos e intervenções que remetem especificamente para as Cidades Criativas, tendo como objectivo compreender e sintetizar a diversidade de experiências e políticas, mais intimamente vinculados ao conceito.

2.a Cidades, Conhecimento e Inovação

Como vimos, o conceito de Cidades Criativas possui uma grande diversidade de raízes disciplinares e usos enquanto “ferramenta retórica”, sendo inclusive frequentemente invocado em conjunto com outros conceitos, tais como “indústrias culturais”, “indústrias criativas” ou “actividades culturais”, por exemplo. No entanto, é possível identificar algumas raízes comuns em todas estas abordagens, o que nos deve abrir caminho no sentido de clarificar alguns pontos importantes para a compreensão do conceito.

De forma sintética, podemos assumir que os principais pontos de contacto entre as diversas abordagens derivam do reconhecimento de, basicamente, dois factores fundamentais para pensar o desenvolvimento: (i) as cidades e a (ii) produção ou reprodução de conhecimento e inovação.

Começemos pelo reconhecimento do importante papel das cidades nas sociedades contemporâneas, em particular, na sua capacidade para impulsionar determinadas dinâmicas e promover o “ambiente” para que certas actividades floresçam, muitas delas cuja existência também é condicionada de e para a dimensão e escala das cidades.

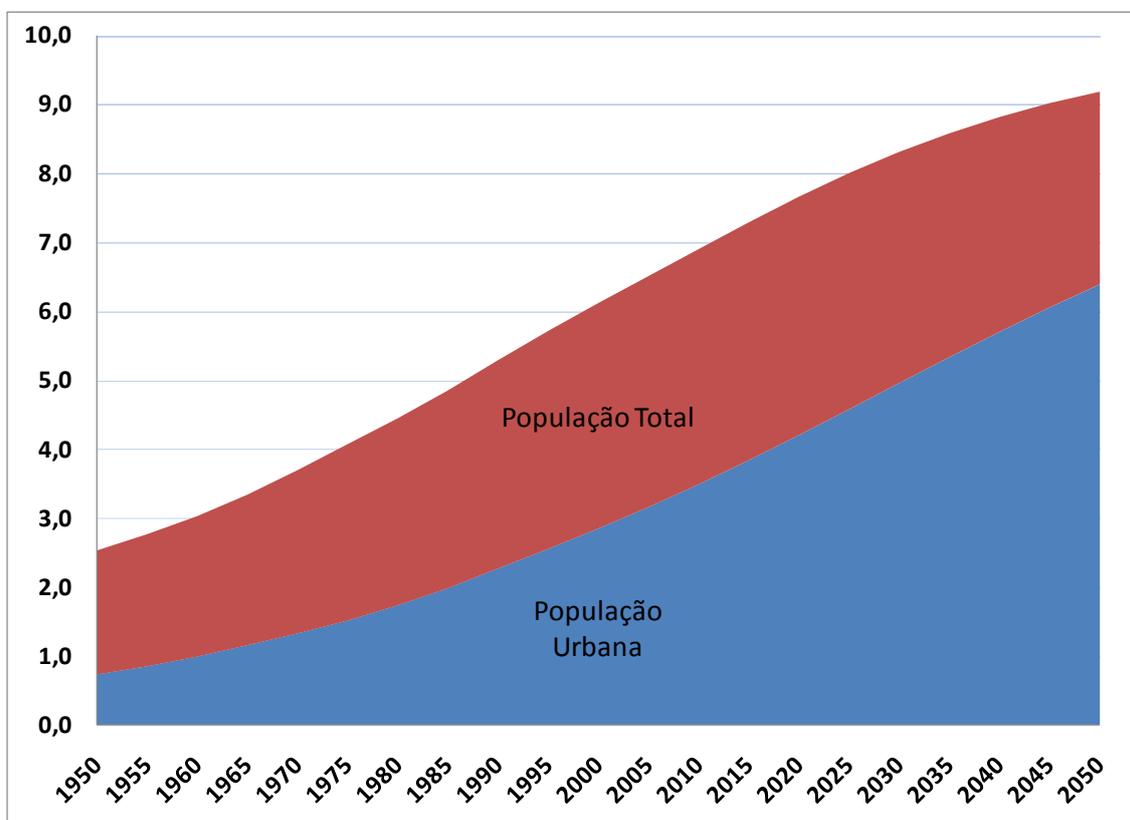
Embora o aprofundamento do debate em torno das concepções, modelos de governação, ou outros conceitos relacionados as cidades e o processo de urbanização não faça parte do escopo deste projecto, algumas ideias ajudam-nos a identificar as principais questões que envolvem o tema. Neste sentido, optamos por partir de uma ideia bastante intuitiva, a das tendências observadas em relação ao aumento do peso da população urbana e sua importância para o desenvolvimento.

O Relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) de 2007 teve como destaque o potencial do Crescimento Urbano, e destaca que em 2008 o mundo alcançaria um marco significativo, mais da metade da população humana, 3,3 bilhões de pessoas, estariam a viver em áreas urbanas (ver Gráfico 1). O facto inusitado do ponto de vista histórico ganha ainda mais força ao acrescentarmos a informação de que em 2030 esse número deve chegar aos 5 bilhões de habitantes.

As cidades deverão portanto continuar a ser o *locus* privilegiado para a actuação, reflexão e resolução dos principais desafios que se colocam à humanidade.

Sustentabilidade, inclusão, crescimento, são alguns destes desafios, diariamente enfrentados pelas cidades, que actuam e reflectem de forma particular, cada contexto e, cada tempo.

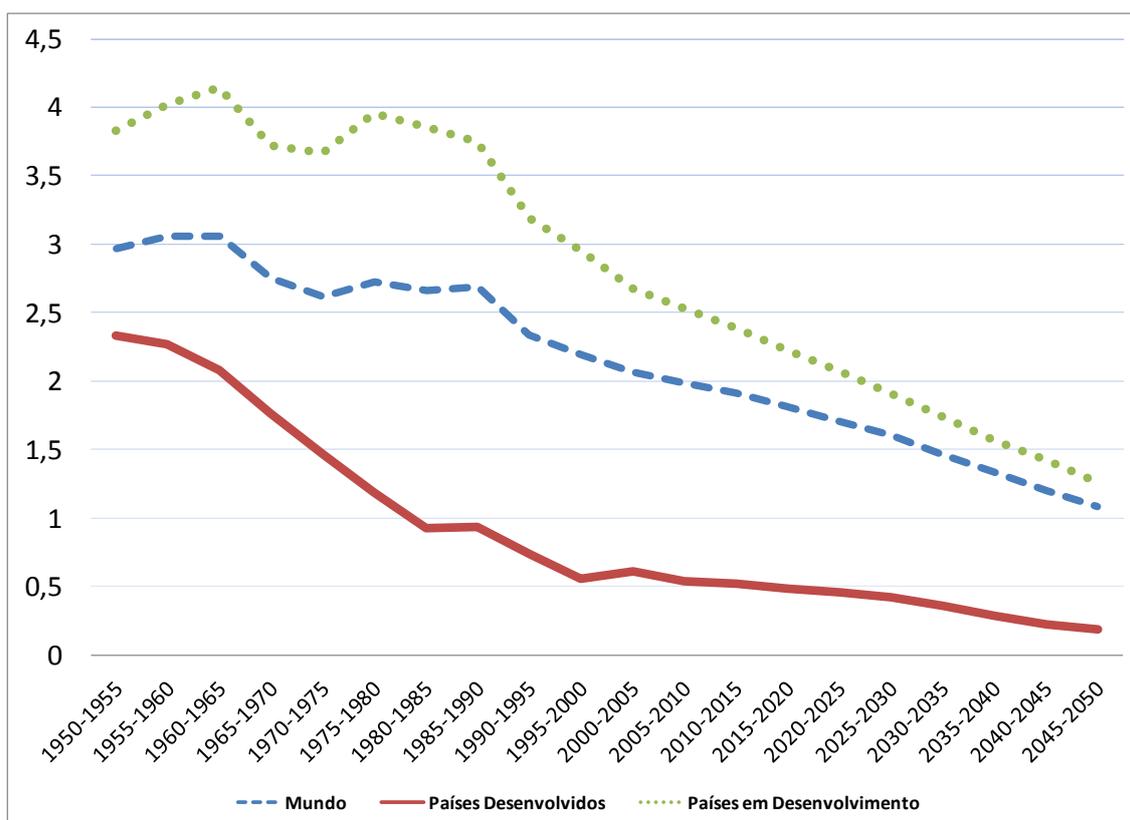
Gráfico 1: População Mundial (mil milhões), 1950 – 2050



Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, *World Population Prospects: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*, <http://esa.un.org/unup>

Os problemas e desafios com que as cidades de defrontam configuram portanto um ponto crucial para o desenvolvimento global, em particular para os países em desenvolvimento que, pese embora a tendência descendente das taxas médias de crescimento anual (ver Gráfico 2), deverão registar um aumento da sua população urbana jamais visto. Em 2030, as cidades do mundo em desenvolvimento deverão representar 80% da população urbana (UNFPA Relatório Anual 2007).

Gráfico 2: Taxa Média Anual de Crescimento da População Urbana, 1950 - 2050



Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, *World Population Prospects: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*, <http://esa.un.org/unup>

Os desafios colocados a estas cidades são muitos, e as consequências globais igualmente importantes. Alterar o actual rumo catastrófico em que se encontram é uma tarefa extremamente urgente e que dificilmente poderá ser concretizada sem uma mudança profunda nas relações de poder, tanto ao nível local como global.

A urbanização caótica tem nas favelas a sua representação máxima. São estas “paracidades”, muitas vezes intencionalmente ou conscientemente escondidas do horizonte das elites, um dos núcleos duros do complexo desafio da gestão urbana. Representam, num só espaço, os principais dilemas das sociedades contemporâneas, não só nos seus aspectos mais evidentes, como a habitação e o saneamento, mas também em questões de

fundo que remetem para a sustentabilidade de um determinado modelo de produção e consumo, voraz em termos de recursos e superficial em matéria de valores.

“O que acontecer nas cidades do mundo menos desenvolvido nos próximos anos moldará as perspectivas para o crescimento económico global, a redução da pobreza, a estabilização da população, a sustentabilidade ambiental e, finalmente, o exercício dos direitos humanos” (UNFPA, 2007: pp.6)

Apenas para enunciar mais algumas questões sobre as cidades e os seus desafios podemos referir o trabalho de Reis (2009), que nos ajuda a compreender a dimensão da complexidade que envolve este “micro universo”. Ao enunciar algumas dimensões necessárias ao exercício de pensar a cidade, em concreto, a “boa cidade”, o autor sugere uma raiz bastante diversificada e abrangente dos diversos percursos que podem ser feitos para a compreender e pensar. Neste exercício o autor apresenta 12 dimensões: (a) a trajectória da cidade, o seu percurso histórico; (b) a localização; (c) a aglomeração; (d) a questão simbólica, em que a cidade pode ser vista como um nome, uma imagem simbólica, eventualmente até uma marca; (e) um mercado; (f) um conjunto de pessoas; (g) uma escala relacional perante o exterior; (h) uma escala relacional perante si mesma; (i) um conjunto de instituições e formas de governação; (j) um espaço público e um conjunto de amenidades; (l) um lugar de exercício privilegiado de funções económicas; e (m) um projecto sistemático de negociação.

Como veremos mais adiante, estas características exercem uma forte influência sobre a criatividade, tema que exploraremos com maior detalhe no próximo ponto deste capítulo.

Devem ainda referir-se ainda referir perspectivas como a de Scott (2006, pp.2-3) que afirma que as cidades hoje são não apenas complementares entre si, do ponto de vista das trocas e da especialização, mas também competem fortemente. Para o autor, as diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo têm forte influência sobre a configuração das cidades, e é justamente o encerramento de um ciclo e o início do outro

que caracteriza o actual estágio de desenvolvimento que podemos constatar. Nesta perspectiva, o modo de produção fordista, caracterizado pela produção em massa e pelo desenvolvimento de inúmeras metrópoles industriais está a dar lugar a um novo modo de produção e, conseqüentemente, a um novo modo de urbanização.

Esta análise permite-nos abrir caminho para reflectir sobre o segundo aspecto referido no início deste capítulo, considerando como fundamental para o desenvolvimento: o conhecimento e a inovação.

Scott (2006, 3) ainda pode nos ser útil para iniciar este debate. Pese embora o facto de o autor ter uma visão excessivamente focada no contexto dos Estados Unidos, e parta de um pressuposto questionável (o da inevitabilidade da flexibilidade laboral), o seu modelo simplificado para caracterizar a “nova economia” lança alguma luz sobre o que aqui pretendemos discutir.

Com base em diversos debates que recorre a rótulos como os de sociedade pós-industrial ou pós-fordista, o autor afirma que o que está essencialmente no pano de fundo destes debates é a ideia de que o motor do crescimento das sociedades contemporâneas se encontra nos sectores como a indústria de alta-tecnologia ou manufacturas “neo-artesaniais”. Como principais características destes sectores o autor destaca a produção tipicamente em redes de firmas, geralmente dominadas por um grande grupo mas com uma igual proliferação de pequenas empresas naquilo que caracteriza como “especialização-flexível”. Scott assume também um mercado de trabalho extremamente “fluido” e competitivo tendo, como corolário das duas características anteriormente referidas, a ideia de que os produtos finais competem não apenas em termos de custos, mas também em termos de qualidade.

Asheim et. al. (2006) destacam por sua vez a importância das redes de produção e difusão de conhecimento no que denominam como sociedades baseadas no conhecimento. Neste sentido, o conhecimento e a criação de conhecimento têm um papel preponderante nas sociedades contemporâneas e essa importância manifesta-se em todas as dimensões da vida social e económica (das funções mais tradicionais às de alta tecnologia).

Os autores propõem uma tipologia muito útil para a compreensão desta ideia e que posteriormente nos auxiliará ao tratarmos da questão da criatividade. A tipologia em

questão sugere uma classificação do conhecimento em três tipos distintos (a que correspondem diferentes redes associadas à sua distribuição) o que nos auxilia a ter uma noção da diversidade e de algumas das possibilidades de resultados possíveis para análise: o (i) conhecimento analítico: predominantemente associado ao campo científico, que se refere ao saber produzido para perceber e explicar o mundo natural; (ii) o conhecimento sintético: usualmente relacionado com a engenharia, ligado à concepção de soluções práticas para obstáculos que o ser humano encontra; e, por fim, (iii) o conhecimento simbólico: associado à criação de significado cultural através de uma transmissão que recorre a meios mais sensoriais e afectivos.

2.b. Indústrias Criativas e Criatividade²

Reconhecida a importância do conhecimento e da inovação para a promoção do desenvolvimento, a ideia da existência das chamadas indústrias culturais, ou indústrias criativas (entre outras expressões similares), como motor das sociedades “pós-industriais”, passa a ter um forte apelo e é rapidamente incorporada na agenda das mais influentes entidades internacionais (como a UE ou a ONU). Algumas destas entidades inclusive já avançam com números bastante emblemáticos como, o da sua participação na produção mundial, estimado em cerca de 7% (esperando-se que as indústrias criativas cresçam nos próximos anos a uma taxa média superior a 10%) (Banco Mundial).

O referido avanço de diversas áreas disciplinares na observação, compreensão e teorização da questão da criatividade, e do papel e importância das indústrias criativas, teve alguns marcos no momento da sua cristalização na agenda política internacional, nomeadamente em instituições como a UE, OCDE, UNESCO e o Conselho da Europa.

É o caso da assumpção clara pela OCDE do papel das indústrias criativas no desenvolvimento local (OCDE, 2005), e igualmente pela União Europeia, com um claro

² Este capítulo tem como eixo fundamental uma versão revisitada da discussão presente nas seguintes publicações: COSTA et al (2007) A discussion on the governance of "Creative Cities": Some insights for policy action. *Norwegian Journal of Geography*, 61:3, pp. 122-132.; COSTA, et al (2007) O meio urbano e a génese da criatividade nas actividades culturais. Comunicação ao 13º Congresso APDR “Recrutar e valorizar o território”, Açores, 5-7 Julho 2007

compromisso por parte de alguns dos seus estados-membros, como o Reino Unido ou outros, no desenvolvimento de políticas fortes neste sentido. A declaração de Essen³, em 1999, que defende a centralidade das indústrias culturais, e sobretudo o mediático estudo da KEA para a Comissão Europeia (KEA, 2006), foram decisivos para popularizar esta noção e institucionalizá-la definitivamente no discurso e na praxis política (mesmo em países, como Portugal, onde ela não era muito adoptada anteriormente). Este facto abriu caminho para a recente Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado.

Costa (2005) destaca a apesar da diversidade de origens, opiniões e “amplitude”, a questão da criatividade ocupa um papel central nas sociedades contemporâneas com impactos muito claros na acção política. Nos anos mais recentes também têm sido cada vez mais explícitas as iniciativas sobre as actividades culturais (e criativas), mas principalmente em novas áreas.

Segundo Costa (2005), este avanço para novas áreas pode ser identificado por: (i) um claro desvio para além das clássicas abordagens disciplinares (combinando cultura, território, inovação, etc.); (ii) um maior enfoque nas questões da criatividade e da criação (claramente centradas na tradicionalmente mais esquecida primeira fase das cadeias de valor destes produtos), aquando do estudo e da actuação sobre as actividades culturais; (iii) uma crescente atenção dada às lógicas do comportamento das “pessoas”, do lado da oferta, não as resumindo ao mero papel de “espectadores”, na perspectiva da procura (assumindo que as instituições não são “caixas pretas” e que o seu funcionamento necessita de ser mais estudado); (iv) um enfoque claro no enraizamento territorial das actividades culturais e criativas, nomeadamente nos sistemas de produção territorializados, onde a produção e o consumo culturais tendem a desenvolver-se mais, com os seus actores específicos e formas de governança particulares; e, por fim (v) a assunção da relevância fundamental dos aspectos imateriais e intangíveis (como as competências dos trabalhadores, a inovação, a articulação inter-institucional) enquanto áreas fundamentais de intervenção.

³ Essen Declaration - Ten Axioms for the Culture Industries in Europe. EU Presidency Conference: “Culture Industries in Europe – a comparison of development concepts”, Essen, Maio 1999

Como já enunciámos, o conceito de Indústrias Criativas tem progressivamente vindo a substituir o conceito de Indústrias Culturais, mas ainda é comum encontrarmos na literatura um entendimento de que ambos são similares. Mais uma vez, as diferentes raízes destes conceitos têm influência sobre o seu uso. A noção anglo-saxónica de Indústrias Culturais, e a sua transposição para o que são as actividades culturais, é compreendida numa perspectiva mais ampla do que a tradição latina, incluindo as indústrias culturais mais estruturadas (coincidentes com esta última) e outras, desde as actividades artísticas mais convencionais e tradicionais ao design, ao artesanato ou ao património. Assume-se por vezes uma versão ainda mais ampla, incluindo actividades tão díspares como a programação de software ou a investigação científica (Costa et al, 2009).

Também aqui os “limites” práticos na interpretação do que são as Indústrias Culturais são um ponto crucial e de intenso debate. A definição de O’Connor (1999) para as Indústrias Culturais é uma das mais reconhecidas na literatura e na análise produzida sobre o tema. O autor define as Indústrias Culturais como “as actividades que lidam essencialmente com bens simbólicos”, o que inclui as chamadas “indústrias culturais clássicas”: rádio e televisão, imprensa, cinema, publicidade, estúdios de música, design, arquitectura, novos media, mas também as artes “tradicionais”: artes visuais, artesanato, teatro, teatro musical, concertos e espectáculos, literatura, museus e galerias.

O debate proposto por O’Connor parte de uma diferenciação entre as actividades culturais, tendo em conta os seus modelos de financiamento. Em suma o autor defende que as “indústrias culturais clássicas” seriam essencialmente financiadas via mercado e as artes “tradicionais” pelo valor estabelecido num sistema institucional mais amplo. E em última análise, em ambos os casos, todas elas dependeriam de um processo de valorização simbólica da arte.

O trabalho de Throsby (2001) já apresenta um modelo bastante abrangente de “indústrias culturais”, assumindo a centralidade das actividades criativas e culturais tradicionais que, misturadas com diversos estímulos e “contributos”, produzem uma larga gama de novos produtos. O resultado é a inclusão de várias outras indústrias que

em paralelo criam igualmente outros bens e serviços não-culturais (impressão/tiragem, TV e rádio, imprensa, audiovisual, multimédia).

É justamente ao avançar nos limites das Indústrias Culturais que passamos a observar ramos completamente fora da esfera cultural, não obstante o facto de oferecerem conteúdos culturais. É o caso de sectores como o do turismo, da publicidade, da arquitectura, etc. Tal “movimento”, influenciado pelo progressivo interesse em actividades cujo valor de mercado é flagrantemente mais explícito, empurrou as actividades culturais para a periferia deste modelo, trazendo para o centro das atenções as Indústrias Criativas.

Nesta perspectiva autores como O’Regan (2001) ou Cunningham (2001) já trabalham com a perspectiva das Indústrias Culturais como subsecção das indústrias criativas. A esfera das actividades criativas representa um centro de recursos (pessoas, talentos, ideias) reassumidos nos mais diversos usos e aplicações, envolvendo a criatividade em diferentes actividades que podem ser completamente distintas das actividades culturais. O’Regan (2001) considera as indústrias culturais no âmbito de grelha de serviços destinados às indústrias criativas. A cultura é portanto aqui uma “indústria de serviços” e a “criatividade uma aplicação”.

Outro traço comum observado ao longo da revisão bibliográfica é a frequente distinção entre Indústrias Culturais e Criativas com a caracterização da primeira como sendo tradicionalmente dependente de subsídios e apoio público e com menor relevância económica, facto que também contribuiu para o aumento da popularidade do modelo das indústrias criativas como factor-chave para o desenvolvimento económico.

Pese embora os variados usos que têm sido feitos do conceito de indústrias criativas, podemos partir da base comum de que incluem um conjunto de sectores onde a criação e o talento individual são os principais factores de produção, sempre com uma forte associação à actividade económica, ou por outras palavras, a um negócio. É importante salientar que ao contrário dos demais sectores, as indústrias criativas tem a criatividade como elemento crucial para a produção de bens e serviços.

Como veremos, uma das faces mais evidentes da profusão de conceitos e da dificuldade em estabelecer consensos é a necessidade recorrente da construção de “mapas” que

permitam identificar e sistematizar as actividades criativas, identificando claramente quais as suas características e limites.

As origens do conceito remetem para os anos 90 e actualmente o seu uso é bastante recorrente e generalizado, muitas vezes como substituto do conceito de indústrias culturais. Como veremos a seguir, o conceito de indústrias criativas revela-se mais abrangente, ao incluir não apenas produtos criativos de natureza cultural e intangíveis, mas também outros produtos e serviços que contêm elementos criativos substanciais, em sectores tão diversificados como as tecnologias da informação, design, fotografia, vídeo, moda, cinema, mercado de arte, produção de conteúdos, arquitectura, produção artística, etc.

A crescente atenção e notoriedade dada aos especialistas e estudos sobre as indústrias criativas advêm não só do facto de as mesmas serem responsáveis por uma parcela cada vez mais significativa de empregos, directos e indirectos, mas igualmente do facto de possuírem certas características capazes de gerar alterações estruturais e sustentáveis, determinantes no desenvolvimento das economias. A concretização de algumas destas teorias em forma de políticas bem sucedidas de desenvolvimento, tais como sucede nos exemplos e estudos de caso que veremos a seguir, foram outro forte impulsionador do reconhecimento das indústrias criativas.

Pese embora os diferentes métodos de medir e definir a abrangência das indústrias criativas, o impacto actual e potencial das mesmas na economia é inegável. Não apenas pelos rendimentos gerados em bens e serviços produzidos directamente pelo sector, mas também pela repercussão em diversos outros considerados “não criativos”, como é o caso da hotelaria e do imobiliário, por exemplo. Devemos mencionar ainda os efeitos positivos do ponto de vista da inclusão social, da criação de públicos, da valorização da cultura local, da qualificação ambiental ou da reabilitação urbana, entre outros. É neste sentido importante ter em mente que muitas destas dinâmicas só podem ser produzidas e sustentadas através da promoção das indústrias criativas.

Por outro lado, o principal foco do debate em curso é a estabilização de um levantamento minimamente consensual e de uma definição rigorosa das actividades a incluir no sector criativo. Países com o Reino Unido, pioneiros na aplicação deste tipo de modelos, têm liderado este percurso, fornecendo importantes contributos. Diversos

sistemas de classificação foram desenvolvidos em vários estudos de caso, aumentando os benefícios inerentes a um levantamento e mapeamento rigoroso do sector, propiciando o aumento da legitimação social do sector das indústrias criativas, a disponibilização de dados rigorosos sobre o sector e a criação de condições para um melhor uso de todas as suas potencialidades entre outros aspectos.

O DCMS (Department for Culture Media and Sport) do Reino Unido é um bom exemplo disto, apresentando uma classificação que identifica um grupo concreto de actividades no sector das indústrias criativas: arquitectura, mercado de arte e de antiguidades, artesanato, design, design de moda, cinema e vídeo, música, software de entretenimento, publicidade, televisão e rádio (usando uma definição que assume a relação entre recursos, competências e criatividade e imaginação dos indivíduos como factores comuns entre todas estas actividades, gerando crescimento, emprego e estimulando a criação de conteúdos e a propriedade intelectual).

Mas o facto é que a classificação das actividades criativas continua a representar um grande desafio neste tipo de abordagem, sendo ainda essencial a adaptação dos referidos mapeamentos de acordo com o seu contexto territorial. Esta importante “barreira teórica” fica plasmada na ausência de uma clara delimitação entre “indústrias culturais” e “indústrias criativas”.

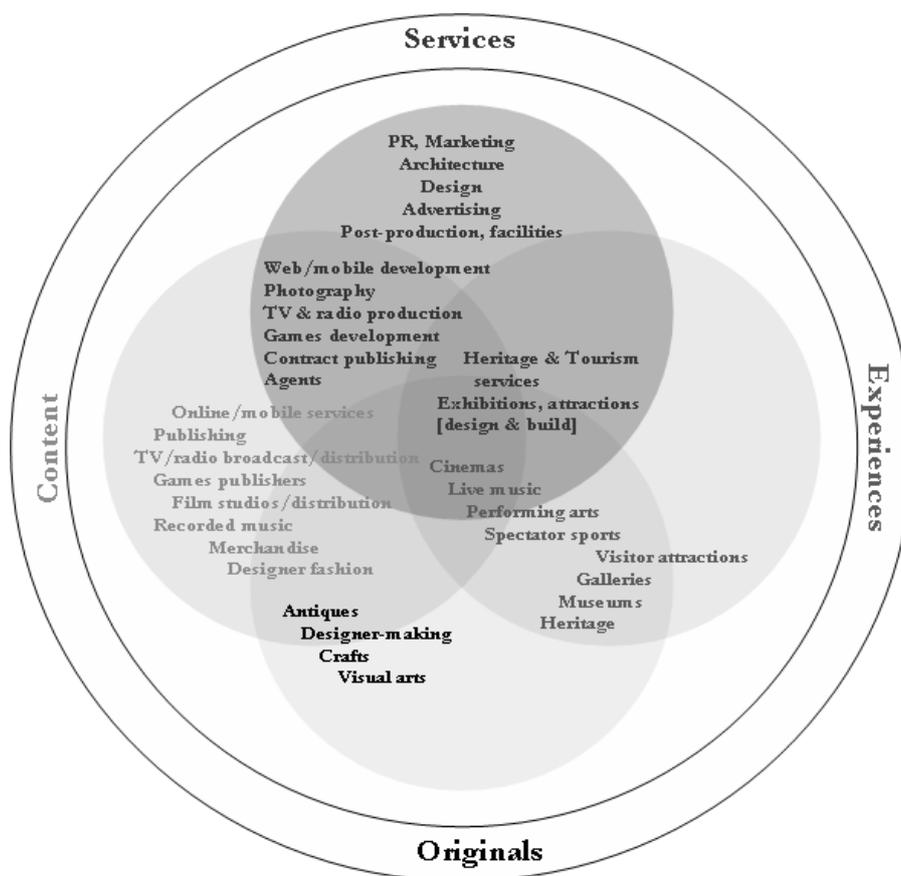
Para completar este quadro deveremos ainda referir a proposta de Cunningham (2001), que parte de uma estrutura bastante distinta das até aqui apresentadas. O autor sugere cinco subsecções no sector das Indústrias Criativas: (i) indústrias criativas (creative industries), (ii) indústrias dos direitos do autor (copyright industries), (iii) indústrias de conteúdos (content industries), (iv) indústrias culturais (cultural industries) e (v) conteúdos digitais (digital contents). Sendo que cada uma representa diferentes actividades ou diferentes partes partilhadas de uma mesma actividade. O exemplo da música pode clarificar esta ideia. Ao a classificarmos na lógica apresentada, faria parte das subsecções da indústria de conteúdos, enquanto actividade económica desenvolvida pelas editoras e pelos estúdios, e também da subsecção da indústria de direitos de autor.

O percurso aqui pretendido também não deve furtar-se às questões levantadas e neste sentido optamos pela abordagem apresentado no relatório do National Endowment for Science, Technology and the Arts (NESTA, 2006) sobre “crescimento criativo”. O

documento assume a já referida importância do papel das indústrias criativas no desenvolvimento económico e apresenta um modelo que integra várias das definições até aqui apresentadas. Também é clara a ligação com a inovação nas suas diversas vertentes, a criação de novos mercados; a renovação das cadeias de valor através das tecnologias digitais, a diversificação, a promoção e rentabilização de propriedade intelectual, a colaboração e desenvolvimento de redes e novas formas de organização, etc.

Esta noção, representada pela Figura 2, permite uma abordagem ampla na análise e acção sobre as actividades criativas considerando as especificidades das dinâmicas existentes. Ao incorporar uma maior percepção das diferenças entre e dentro dos sectores, permite ainda analisar as formas como o valor comercial é criado, como se localiza, ou como pode ser promovido. A conjugação deste modelo com o debate acerca das actividades criativas pode fornecer um instrumento adequado para avançarmos na compreensão desta área ainda tão difusa e indefinida.

Figura 2 – Modelo Refinado das Indústrias Criativas (NESTA, 2006)



Fonte: reproduzido de NESTA (2006)

O modelo propõe a segmentação das Indústrias Criativas em 4 grupos: (i) Fornecedores de serviços criativos; (ii) Produtores de conteúdos criativos; (iii) Fornecedores de experiências criativas; e (iv) Produtores de originais criativos.

Os fornecedores de serviços criativos seriam os dedicados aos clientes e incluem agências de publicidade e media, gabinetes de arquitectura e de design. Neles estão representados serviços como: marketing, arquitectura, design, publicidade, serviços de pós-produção, web design, fotografia, produção de rádio e tv, desenvolvimento de jogos, etc.

Já os produtores de conteúdos criativos são identificados pela produção de propriedade intelectual (IP), protegida pelos direitos de autor, sendo distribuída por largas audiências. Este tipo de indústrias incluem geralmente companhias de produção de

cinema, televisão e teatro, estúdios de desenvolvimento de jogos de vídeo e de computador, editoras musicais, editoras de revistas e de livros e designs de moda. Como resultado têm conteúdos como: serviços on-line e móveis, publicidade, jogos, estúdios de cinema, distribuidoras, música gravada, merchandise, design de moda.

Os fornecedores de experiências criativas seriam o segmento da indústria que vende o direito de os consumidores poderem usufruir de actividades específicas. Geralmente, entram neste segmento as companhias de produção de dança, de teatro, de ópera e os promotores e organizadores de eventos musicais. Como exemplo destas actividades temos o cinema, a música ao vivo, as artes performativas, os espectáculos desportivos, as galerias, os museus, etc.

Por fim, os produtores de originais criativos seriam os directamente envolvidos na criação, manufactura ou venda de artefactos físicos, cujo valor deriva da sua exclusividade e autenticidade. É o caso dos artesãos, de artistas plásticos e dos designers.

O debate em torno das indústrias criativas invariavelmente remete-nos para outra linha de questionamento: afinal o que é criatividade? A esquematização das origens para o recente interesse na criatividade proposta por Costa (2005), particularmente no que concerne à preocupação com a promoção da vitalidade e competitividade urbanas, auxilia-nos a trilhar o caminho para obter esta resposta.

O autor sugere cinco grandes grupos de origens de interesse, em que o primeiro engloba a ideia de cidade criativa, tal como foi desenvolvida por autores como Charles Landry (2000), Peter Hall (1998), Ralph Ebert et al. (1994), entre muitos outros, e a progressiva articulação com a análise das Indústrias Criativas (através do estudo das indústrias culturais) e com múltiplas aplicações práticas ao nível do policy-making (ex. DCMS, no Reino Unido). Refere o autor que esta noção foi adoptada, tanto por académicos como por planeadores urbanos e formuladores de políticas nos mais variados contextos, sendo usada, não só como grelha analítica, mas igualmente como referência estratégica e ferramenta de intervenção no desenvolvimento urbano. Destaca ainda que é frequentemente suportada na lógica de valorizar “boas práticas”, quer em casos directamente relacionados com actividades culturais criativas, quer em casos de soluções “criativas” de pontos de vista mais institucionais ou organizacionais. Tem sido

progressivamente incorporada na agenda política em vários países (regeneração urbana, políticas de desenvolvimento local, etc.), como o Reino Unido, a Alemanha ou o Canadá, bem como ao nível das instituições europeias, conciliando campos disciplinares como o planeamento urbano, as políticas de desenvolvimento local, o urbanismo e a arquitectura, a gestão urbana ou a sociologia.

O segundo grupo remete para a noção de uma “Europa Criativa”, assumida por instituições de investigação internacionais (p. e. European Research Institute for Comparative Cultural Policy and the Arts – ERICArts, 2002; Council of Europe; etc), ou mesmo posições similares por instituições internacionais, assumindo “politicamente”, por exemplo, o lançamento de uma “Rede de Cidades Criativas” (UNESCO), adoptando uma noção alargada de actividades criativas, e dando particular atenção às especificidades das formas de governança. Conciliando algumas das preocupações precedentes com a obtenção de diversidade cultural (UNESCO, Conselho da Europa, etc.) e acrescentando outras perspectivas disciplinares (psicologia, gestão, etc.), assume abordagens ainda mais interdisciplinares que a noção anterior. O enfoque é aqui colocado nas ideias de governança e de gestão da criatividade artística, suportando-se numa abordagem empírica baseada em estudos de caso que configuram um conjunto de exemplos de relações bem sucedidas entre criatividade artística, governança cultural, gestão inovadora e desenvolvimento urbano. É prestada particular atenção à actividade cultural associada a mecanismos de regeneração urbana, sustentada em condições especiais no que respeita à criatividade e resultante de “meios” e de formas de governança específicas.

A ideia da existência de uma “Classe Criativa” (Florida, 2002; Florida e Trinagli, 2004) é a noção que identifica o terceiro grupo. Esta seria assumida como um recurso determinante para a competitividade territorial, considerando o seu papel crucial nos processos de desenvolvimento e regeneração urbana em muitas cidades. Esta perspectiva, ao ligar a criatividade das cidades à capacidade de atracção da “classe criativa” (com capacidade para dominar tecnologia, talentosa, e propensa à tolerância), distingue, com base empírica, as cidades “bem sucedidas”, tendencialmente cidades mais “abertas”, receptivas à diferença e solidariedade. Embora extremamente polémico e muito criticado no que diz respeito a alguns dos seus aspectos metodológicos e conclusões secundárias, este tipo de abordagem tem o mérito de alertar para algumas

importantes e significativas questões teóricas, em particular, para o ponto-chave da articulação da criatividade com as questões das competências e do capital humano.

Para identificar o quarto grupo, Costa (2005) invoca a consciência da especificidade das “Indústrias Criativas”, no âmbito da análise económica, particularmente através do contributo de Richard Caves (Caves, 2002) sobre as particularidades do funcionamento real destas actividades, entendidas na amplitude do seu contexto institucional. O autor afirma que esta perspectiva, originária do campo da economia (embora mais da economia industrial do que da tradição da economia cultural) é conciliável com outras abordagens, como a da “Economia Criativa” (mais relacionada com a importância dos direitos de propriedade), e baseia-se no desenvolvimento do conceito de “indústrias criativas”, enquadrando a análise da organização das indústrias culturais num contexto institucional mais alargado. As actividades culturais são analisadas em termos económicos, mas com um foco na componente criativa e nas especificidades dos bens e instituições culturais, tendo em particular atenção as relações (contratos) estabelecidas entre actores.

Por fim, o quinto grupo valoriza os aspectos associados à criação e à criatividade no campo da análise das actividades artísticas, mesmo no corpo conceptual “*mainstream*” da economia cultural (ex: Throbsy, 2001; Towse, 2004; Handke, 2004), com o reconhecimento da importância do estudo da criatividade artística e da sua incorporação nos produtos culturais. Segundo Costa (2005) esta mudança da economia da cultura pelos mecanismos de criação, recupera a herança da economia da cultura e articula-a com a análise da inovação, suscitando um novo interesse pelo estudo do valor criativo não apenas do lado da procura, mas igualmente do lado da oferta (sendo a provisão vista ao nível da produção de ideias e não apenas da produção física dos suportes e sua distribuição).

O autor chama ainda a atenção para o facto de que a estas cinco grandes linhas poderiam ser adicionar outras. Para tal bastaria avançar para áreas do saber que tradicionalmente têm lidado com a questão da criatividade (como, por exemplo, a psicologia ou a inteligência artificial) e com as quais o diálogo interdisciplinar se tem aprofundado nos anos mais recentes e de onde começam a surgir novos caminhos a explorar para entender o funcionamento das indústrias criativas.

Costa et al (2007), procurando compreender a influência do meio-urbano sobre a criatividade, lançam as bases desta discussão ao focar a questão da criatividade nas actividades culturais.

Partindo de duas definições de compêndio onde a criatividade é vista como: “*processo mental que envolve a produção de novas ideias, conceitos, ou uma nova associação entre conceitos e ideias pré-existentes*” (Wikipedia); e o criativo: “*que tem capacidade e habilidade para produzir algo novo, em especial uma obra de arte*” (Oxford Advanced Learners Dictionary, Oxford University Press, 6th Edition 2000, Oxford), os autores apontam a forte associação entre o conceito de criatividade e a ideia de novidade, com alguma particularização no campo artístico. Segundo os autores é também possível identificar na revisão bibliográfica uma recorrente associação com noções paralelas, como a do conhecimento e inovação.

Outra perspectiva identificada pelos autores prende-se com a associação de criatividade à ideia de inspiração, a algo de misterioso ou sobre-humano, identificado em estados de humor particulares (como o romântico ou o depressivo) ou à ideia de talento inato (algo de intuitivo, decorrente da inspiração). Ainda na linha sugerida pelos autores, a criatividade vista com foco nos agentes possui algumas características essenciais, fundamentalmente, as capacidades individuais de criar, imaginar e interpretar. O raciocínio é bastante compatível com a discussão proposta em Towse (2004) sobre a distinção entre *nature* e *nurture* no campo da criatividade. Em linhas gerais o que está em causa é a discussão tradicional entre a criatividade como algo de “natural” (algo divino, um talento natural) ou algo “incubado” (que implique a dotação de competências, um processo de aprendizagem, a existência de uma habilidade que se possa construir).

Os autores destacam que mesmo face ao carácter inato mencionado, a experiência e a interacção social têm uma grande importância, não só pela via da formação, capaz de potenciar competências adquiridas e permitir o acesso as redes de contactos, mas também com o enriquecimento criativo dos indivíduos e da sua capacidade de gerar produtos mais imaginativos e inovadores. Aliás, é exactamente sobre a questão das motivações que Frey (1999) aborda o tema da criatividade, destacando que a criatividade também pode ser vista como o resultado de motivações intrínsecas e

extrínsecas. Esta linha de raciocínio é particularmente importante na reflexão sobre políticas públicas e a possibilidade induzir a criatividade através de incentivos públicos.

Ainda sobre a criatividade, o trabalho de Landry (2000), que retomaremos no ponto seguinte, identifica-a como a capacidade de formular soluções imaginativas, recorrendo a qualidades como a inteligência, o carácter inventivo e a capacidade de reformulação. O autor destaca ainda a questão da contextualização, ou seja, da criatividade situada num determinado momento e num determinado contexto.

“A criatividade, por se tratar de uma característica intrínseca ao ser humano, não deixa estar relacionada com a sua experiência de vida (social, artística, etc.) que se traduz inevitavelmente no seu quadro de referências e de valores. O ser humano atribui a uma dada condição, uma determinada forma de raciocínio, de operacionalização. O mesmo problema pode ter várias soluções de acordo com os valores e do contexto da sociedade em que se vive”. (Costa et al, 2007: 13)

É exactamente o campo de relações entre o tempo, o espaço, e principalmente, a possibilidade de uma reflexão no campo da subjectividade, que nos abre a possibilidade de pensar a criatividade na perspectiva apresentada por Boden (1990). A autora parte da definição de criatividade como sendo a habilidade de gerar ideias ou artefactos que representam novidade, “surpresa” e valor.

Para a autora o carácter inovador de um acto criativo deve ser necessariamente avaliado de acordo com o seu contexto e, neste sentido, estabelece a distinção entre “Criatividade Psicológica” e “Criatividade Histórica”. A Criatividade Psicológica representaria portanto a referida contextualização. Um bom exemplo para ilustrar esta ideia é a criatividade das crianças que, dentro do seu quadro psicológico, podem representar descobertas extremamente criativas e inovadoras. Por outro lado, a Criatividade Histórica teria uma contextualização demarcada no contexto da humanidade, e portanto, única.

Sobre a questão da surpresa a autora sugere uma nova distinção entre uma surpresa que vai contra toda a estatística, (i) que não é familiar; outra relacionada com (ii) formas de pensar sobre o mesmo objecto; e por fim a surpresa relacionada com (iii) uma ideia aparentemente impossível de conceber. Sobre esta base a autora sugere três tipos de criatividade:

a) A criatividade não-familiar – que se refere ao tipo de criatividade que envolve um processo de combinação de ideias (valores, quadros de referência) improvável, fruto da imaginação do artista;

b) A criatividade exploratória – que se refere ao tipo de criatividade que explora diversos espaços conceptuais (structured styles of thought). Por espaços conceptuais podemos exemplificar como sendo diversas áreas/vertentes/correntes artísticas ou de pensamento criativo. Este tipo de criatividade, em poucas palavras, poderá ser a combinação de espaços conceptuais pré-existentes para criar um novo espaço;

c) A criatividade transformadora – que se refere à reestruturação de mapas mentais e de lógicas cognitivas, que por sua vez vão alterar a forma como a criatividade é expressa, materializada. Em termos práticos, e para exemplificar, um artista têm a oportunidade de alterar ou subverter as limitações ao seu estilo artístico.

Ainda sobre a questão da inovação, ou da novidade, observamos novamente um emaranhado de ideias e conceitos, muitas vezes sobrepostos. De todo o modo devemos reter a ideia de que a criatividade é um processo mais próximo das indústrias criativas do que de outros sectores económicos e, como refere Handke (2004), a criatividade e a inovação são conceitos intimamente relacionados na literatura sobre indústrias criativas: a inovação e a invenção são usadas para indicar a criação de novidade.

Neste quadro, a criatividade pode ser (e tem usualmente sido) vista em relação ao campo das indústrias culturais ou criativas como a inovação o é noutros sectores da economia (Towse, 2001). De facto, a criatividade pode ser inovadora nas suas diversas formas: uma criação pode representar tanto um corte fundamental como uma pequena melhoria contextual.

Costa et al (2007) concluem que pode haver criatividade sem inovação ou novidade, e destacam que a valorização e o reconhecimento da criatividade também dependem

intimamente de um reconhecimento que é marcadamente social. Tal característica é apontada pelos autores como particularmente evidente na área artística. O “hetero-reconhecimento social” é portanto fundamental e fortemente dependente de um conjunto de convenções, socialmente construídas, e diferenciadamente partilhadas, nos mais variados campos (artístico, mercado, reconhecimento público, auto-satisfação pessoal, etc.), o que salienta a fundamental importância dos chamados “gatekeepers”.

Explorar o impacto da cultura sobre a criatividade e a questão da criatividade urbana deve pois oferecer-nos importantes contributos para os pontos que seguem. Neste sentido, o relatório da Comissão Europeia sobre o impacto da cultura na criatividade (KEA, 2009) trouxe um importante contributo para a sistematização e consolidação de diversos pontos que envolvem o tema. Com o objectivo de compreender a influência da cultura sobre a criatividade, e o seu potencial contributo enquanto motor da economia e da inovação social, o relatório procurou desenvolver o conceito de criatividade baseada na cultura, originada na produção cultural e artística, ou em actividades que fomentem a inovação e que transcendam os resultados puramente artísticos ou com “conteúdos criativos”.

Para além de uma excelente síntese de alguns dos debates aqui apresentados sobre o tema da criatividade, o relatório procura ainda caracterizar a relação entre cultura e criatividade, o seu impacto na economia e na dimensão social. Defende a ideia de que a criatividade baseada na cultura é um dos elementos fundamentais nas economias pós-industriais. E o estudo discute, por fim, o papel da educação e do ensino no estímulo da criatividade, em particular o papel da cultura e das artes.

Tendo como base uma série de estudos de caso, sustenta o relatório que, devido às características do actual desenvolvimento da economia, o sucesso nos negócios depende cada vez mais de uma diferenciação em termos de “experiências”. Mais do que apenas vender produtos Procura-se promover “modos de vida”, associar determinados comportamentos, sensações, valores, etc. A criatividade baseada na cultura seria portanto determinante na persecução deste objectivo.

Os autores afirmam que os benefícios da aposta numa estratégia de criatividade com base na cultura extravasam os benefícios do ponto de vista económico e industrial. Neste sentido, o relatório aponta um claro benefício do ponto de vista do fortalecimento

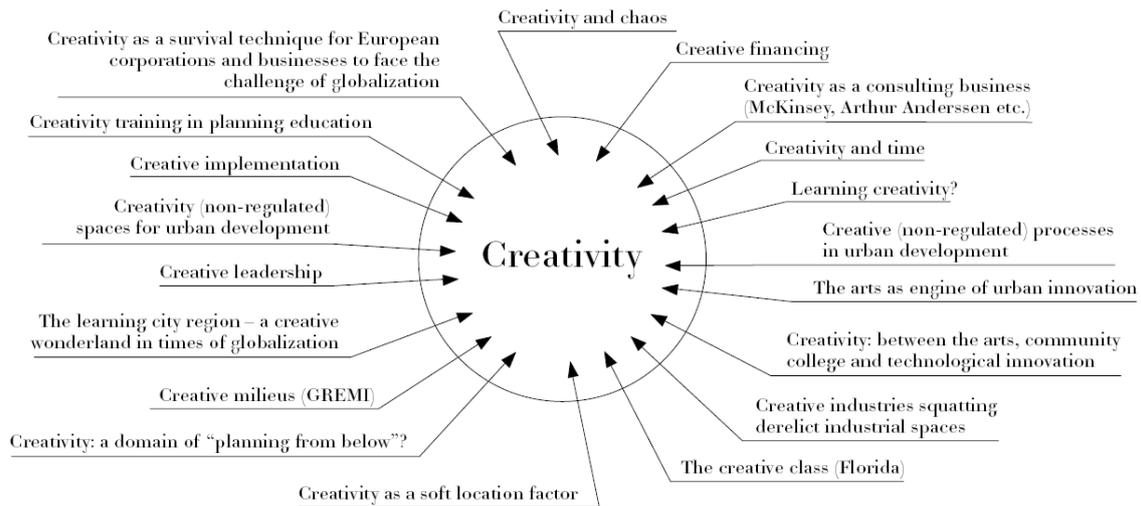
dos laços sociais entre as comunidades. Arte e Cultura possuem um papel fundamental na chamada inovação social, sendo uma ferramenta crucial e única na valorização e promoção de valores, aprimorando a forma de participação e provisão de serviços públicos, valorizando e recuperando o sentimento de pertença e de auto-estima. Os canais públicos de comunicação são disto um bom exemplo, bem como o crescente aprimoramento na forma de comunicação por parte dos serviços públicos, tanto na esfera da participação e da colaboração, quanto na difusão de informação.

Nesta linha estratégica o ensino é tido como fundamental no desenvolvimento da criatividade, assumindo a Arte e a Cultura também aqui um papel fundamental na formação de um “ambiente criativo”. Valorizar os processos ao invés do habitual foco nos resultados é uma das ideias-chave apontadas como fundamentais para o desenvolvimento da criatividade, tendo aqui o ensino artístico um papel fundamental no que diz respeito ao estímulo da reflexão crítica, da inovação, e do questionamento.

Recuperando a discussão de Asheim et. al. (2006) e concedendo destaque ao referido campo do conhecimento simbólico, menos relacionado com a concepção material de um determinado bem, mas antes na sua concepção simbólica e estética, Costa et al (2007) destacam o reforço da ideia da importância da interação social, e particularmente, o papel dos mecanismos de mediação (e das convenções) que permitem a sua (des)codificação, a sua legitimação e o reconhecimento do seu valor cultural e criativo.

Por fim, destacamos a influência do espaço urbano, ou das suas características, sobre a criatividade. A proposta de Kunzmann (2006) sobre os campos de análise da criatividade no espaço urbano (ver Figura 3) ajuda-nos a compreender a diversidade de abordagens possíveis sobre o tema. De forma a não sobrepor as ideias já avançadas no início deste ponto sobre a criatividade, optámos por centrar a nossa atenção nas relações entre o meio urbano e o desenvolvimento de dinâmicas criativas, exercício feito por Costa et al (2007).

Figura 3: Campos de análise da criatividade no espaço urbano



Fonte: In Kunzmann, K. (2005) Creativity in Planning: a Fuzzy Concept? DISP, 162 (3)

Os autores, ao focar a questão da influência do meio urbano no desenvolvimento de dinâmicas criativas que tenham como base as actividades culturais, destacam a questão da aglomeração como uma das principais características potencialmente impulsionadoras da criatividade.

Ao sintetizar os diversos contributos observados na revisão de literatura sobre o tema, os autores afirmam que é possível identificar três linhas de argumentação estruturantes da relação entre o espaço urbano, aglomeração e a criatividade, (i) a densificação relacional, com base no agrupamento e aglomeração dos agentes; (ii) a criação de dimensão e a obtenção de massas críticas ou, por outras palavras, de limiares mínimos de procura e oferta; e, por fim (iii), a diversidade e heterogeneidade de meios, recursos e mercados.

De forma sintética pode-se dizer que o espaço urbano possibilita o encontro e a troca de uma grande diversidade de experiências, técnicas, conhecimento, etc. Possibilita ainda a criação de uma série de estruturas, tais como clusters, essenciais para o desenvolvimento de determinadas actividades. O ambiente urbano é ainda o local onde florescem determinados “estilos de vida”, essenciais não apenas na produção mas também na legitimação e reconhecimento da criação.

As já referidas mudanças no processo de produção encontram no ambiente urbano, e na sua grande capacidade de proporcionar interacções, o local ideal para a promoção de modelos onde as redes funcionam em função de projectos, sendo extremamente flexíveis e maleáveis na sua composição e organização. Com base no trabalho de Hall (1998) os autores destacam que as áreas urbanas sempre foram historicamente o local de excelência para o desenvolvimento das actividades mais criativas e inovadoras.

2.c Cidades Criativas: Tipologias Síntese e as lições dos estudos de caso

Muitos dos aspectos até aqui referenciados possuem uma forte aproximação com o campo das políticas e das estratégias de desenvolvimento regional/local, em particular do desenvolvimento urbano. De facto, muitos destes conceitos tornaram-se efectivamente centrais na acção política nas áreas de promoção urbana e económica.

É justamente na aproximação de estudos e projectos deste tipo que o conceito de Cidades Criativas começa a ganhar corpo e consubstanciar uma importante ferramenta de análise e intervenção das cidades.

A exemplo do percurso seguido, tendo em vista a clarificação dos outros conceitos até aqui invocados, o conceito de Cidades Criativas também encontra uma profusa gama de abordagens e interpretações, o que é algo esperado devido à sua forte ligação com os mesmos. Na complexa tarefa de descodificar este conceito, três estudos oferecem importantes contributos, o trabalho de Costa (2007), o de Rato et al (2009) , e o de Costa et al (2009).

O primeiro sugere três conjuntos base de tipologias de análise das Cidades Criativas, (i) um primeiro utilizado numa perspectiva ampla de planeamento da cidade, surgindo a criatividade como solução para o desenvolvimento urbano; (ii) num segundo inclui as perspectivas mais voltadas para a noção de actividades e indústrias criativas, num espectro mais vasto do que a tradicional perspectiva voltada para a cultura; e por fim, (iii) a visão das cidades e da sua capacidade para atrair talento e desenvolver competências inventivas (Costa, 2007).

A noção mais ampla de planeamento da cidade é entendida pelos autores como sendo a procura de intervenções que possam instigar um “ambiente” criativo, num sentido lato,

que vai muito além das actividades culturais (embora claramente associada ao enraizamento nas culturas e identidades locais das cidades). A principal referência deste tipo de abordagem é o trabalho de Landry (2000) intitulado “The Creative City: a Toolkit For Urban Innovators”, cuja abordagem procura identificar as formas de fomentar um ambiente criativo capaz de permitir a descoberta e a manutenção de processos criativos de gestão urbana. Esta perspectiva é centrada na criatividade enquanto conjunto de ferramentas para planear e inovar nas cidades. São exemplos deste tipo de abordagem soluções imaginativas para o sistema educativo local, para a mobilidade urbana ou mesmo para a recolha de resíduos.

O segundo conjunto de tipologias de análise caracteriza-se pelo trabalho desenvolvido no âmbito do já referido DCMS ou por Pratt (2004). Aqui, as “cidades criativas” são aquelas que se associam a um certo dinamismo no sector da produção criativa, numa clara relação com o conceito de Indústrias Criativas. Desta forma, a produção de bens e serviços culturais, e de actividades relacionadas, constituem os centros da criatividade, e o sucesso destes espaços urbanos é considerado como um resultado de dinâmicas territoriais específicas ou de políticas que se basearam no crescimento de actividades culturais (ou outras actividades criativas). Esta dinâmica traduzir-se ia num ciclo, ao proporcionar melhoras na qualidade de vida dos moradores, a regeneração ou revitalização urbana e a promoção da competitividade.

Por fim, outro conjunto de perspectivas que tem marcado a análise das Cidades Criativas vincula-se fundamentalmente com a reflexão sobre a capacidade das cidades em atrair talento e desenvolver competências inventivas. O trabalho de Richard Florida (2002), sugestivamente intitulado “The Rise of the Creative Class”, é paradigmático desta linha. Com apelativo rótulo “classe criativa” o autor sintetiza a ideia da importância dos recursos humanos altamente qualificados e inovadores, entende-os como base da competitividade e vitalidade das mais dinâmicas áreas urbanas actuais. Neste sentido as Cidades Criativas seriam aquelas capazes de preparar, manter e atrair as classes criativas, detentoras de conhecimento e competências capazes de dinamizar os sectores mais avançados da economia, ou seja, sectores “criatividade-intensivos”.

Os autores alertam para o carácter instrumental desta tipologia e ressaltam que, mesmo na observação dos autores mencionados como referências para cada uma das abordagens, é plenamente possível encontrar características que trespassam as características sugeridas pela tipologia proposta.

Partindo da análise de uma série de estudos de caso, o estudo de Rato et al (2009) propõe um outro interessante percurso para a definição de uma tipologia de Cidades Criativas. Tendo como principal referência as motivações que impulsionaram as referidas estratégias e os métodos utilizados, estes autores procuram encontrar um modelo suficientemente flexível para conjugar a diversidade de áreas e estratégias presentes numa mesma cidade, partindo de abordagens bastante distintas.

O resultado da análise permitiu identificar três objectivos principais nestas intervenções: (i) Desenvolvimento económico, visto aqui como a promoção de emprego, novas actividades, e melhor a imagem da cidade; (ii) Inclusão Social, particularmente focado na questão das comunidades e; (iii) Desenvolvimento Urbano, fortemente marcado por intervenções físicas, como a renovação de grandes áreas urbanas, construção de edifícios emblemáticos e a requalificação de quarteirões.

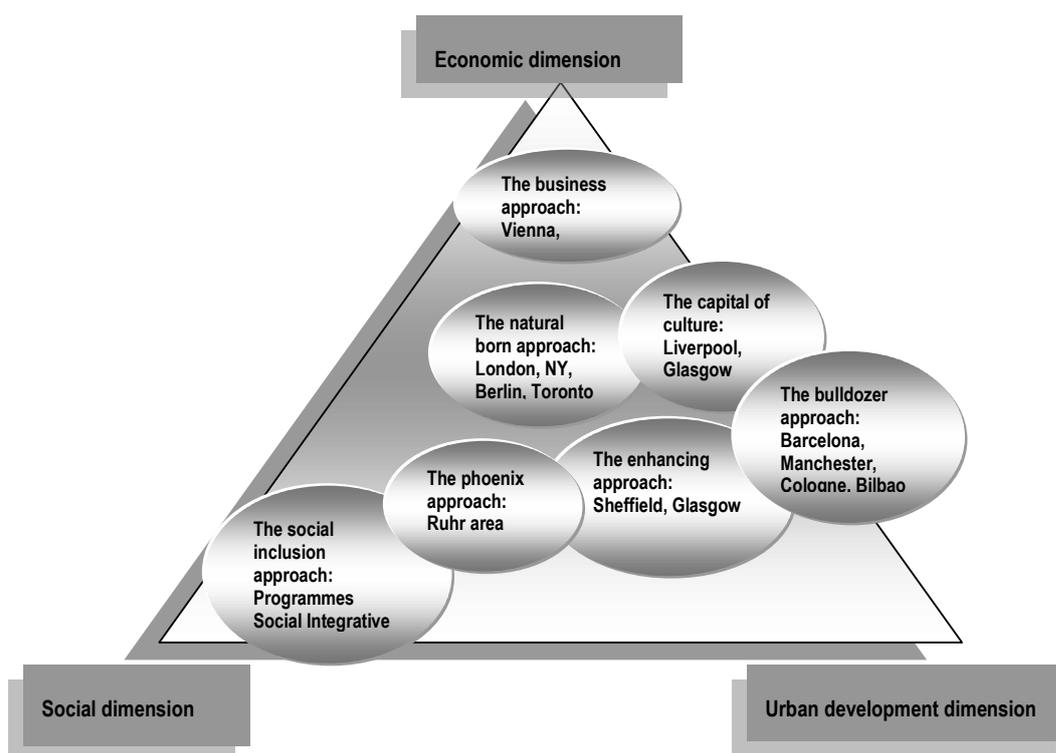
A observação dos estudos de caso também permitiu tornar clara a ideia de que as intervenções são em geral multifacetadas sendo esta primeira distinção insuficiente para estabelecer uma tipologia de intervenções. O passo seguinte foi então o de identificar outros atributos determinantes: (a) Os “ativos criativos” já presentes no espaço; (b) O território propriamente dito (bairro, cidade, região, etc.); (c) Os principais beneficiários da intervenção (Estado, Região, Cidade, Comunidades, etc.); (d) A forma de envolvimento dos actores (*top-down* ou *bottom-up*); (e) A dimensão da intervenção física (renovação, construção de edifícios emblemáticos).

A Figura 4 resume o quadro dos sete grupos que derivam da classificação das intervenções observadas tendo em mente os dois passos anteriormente citados. São eles:

- 1) *The Natural Born Cities approach*: Cidades com “condições especiais”, em termos, por exemplo, diversidade e densidade, onde as indústrias criativas podem ser facilmente desenvolvidas.

- 2) *The Culture-led Social Inclusion approach*: Intervenções baseadas na cultura e na criatividade onde as preocupações com a integração social, com enfoque fundamentalmente local, são a tónica.
- 3) *The Business approach*: Intervenções cujo objectivo é dar apoio a empresas locais e atrair novas via formação de *clusters* criativos numa perspectiva de intervenção fundamentalmente imaterial.
- 4) *The Bulldozer-Business approach*: Intervenções cuja marca é uma forte alteração física do espaço, quarteirões ou bairros inteiros.
- 5) *European Capital of Culture Event approach*: Forte aposta em eventos culturais associada a grandes intervenções físicas e cujo objectivo é o de criar as infra-estruturas necessárias para tais actividades.
- 6) *Enhancing approach*: Intervenções cujo objectivo é desenvolver as actividades criativas passo-a-passo, dando apoio à “classe criativa” local, incluindo instituições e redes.
- 7) *The "Phoenix from the Ashes" approach*: Promoção de determinadas indústrias cuja existência nas Cidades ou bairros, é praticamente inexistente.

Figura 4 – Tipologias de Cidades Criativas com base na observação de Estudos de Caso



Fonte: Rato et al (2009)

Segundo Costa et al (2009) a afirmação da retórica das cidades criativas face às formas mais tradicionais de pensar e actuar sobre a cidade e cultura deriva sobretudo da possibilidade de assumir e desenhar intervenções mais transversais, ultrapassando assim muitos dos conflitos e dicotomias, no que diz respeito aos domínios e formas de actuação. O mesmo estudo apresenta ainda os resultados da análise de uma série de entrevistas realizadas no âmbito do projecto Creatcity, com base nas respostas dadas à pergunta: Como se sente e onde se vê, hoje, a criatividade numa cidade, e em particular na sua cidade-metrópole?

Das respostas foram obtidas três tipologias de posicionamento: (i) Cepticismo, onde a criatividade não é e nem deve ser uma dimensão especialmente relevante de análise e de política urbana; (ii) Positivismo Objectivo, onde a criatividade deve ser uma dimensão relevante nas políticas urbanas de hoje, com enfoque principal na existência de espaços e locais físicos concretos (nomeadamente nas centralidades urbanas históricas e em zonas pós-indústrias e expectantes, face à disponibilidade de espaços, com valores de

renda inferiores às médias, (iii) Positivismo Substantivo, onde a criatividade deve ser uma dimensão relevante nas políticas urbanas de hoje, devendo o enfoque principal ser dado aos processos sociais, económicos e culturais da sociedade urbana (quer nos âmbitos do conhecimento e da investigação em Ciência e Tecnologia, quer em projectos culturais e sociais, normalmente de pequena e de média escala).

Os autores apontam ainda as dimensões primordiais nos panoramas de criatividade urbana: (i) Bairros Criativos, valorizados pela forte componente cultural, pelo seu elevado capital simbólico, pelo turismo e pela vida boémia; (ii) Espaços Alternativos / Emergentes, que são aqueles ocupados por classes sociais ou grupos que detêm uma elevada diferenciação (artistas, imigrantes); (iii) Territórios e Instituições Sócio-Culturais e de Conhecimento, que aliam na maior parte dos casos forte capacidade institucional e recursos económicos e humanos; (iv) Investimentos Urbanos de Larga Escala, com grande destaque na intervenção política, tais investimentos envolvem o estatuto de prioridade política, grande visibilidade social e simbólica; (v) Projectos Sociais e Culturais de Génese Local, desenvolvidos por grupos e associações da mais variada ordem, maioritariamente de origem privada, ou comunitária / associativa; (vi) Classes Sociais e/ou Profissionais, estando sua própria sobrevivência intimamente ligada à sua capacidade criativa.

3. O Envelhecimento Demográfico

As alterações da estrutura demográfica subjacentes ao processo de envelhecimento populacional impuseram, e continuarão a impor, drásticas alterações na organização colectiva em todo o mundo. Mesmo reconhecida esta importância, a atenção e reflexão da academia, do poder político e da comunicação social sobre o tema ainda são extremamente desajustadas face aos importantes desafios que já nos são colocados.

Como aponta o Relatório intitulado “*World Economic and Social Survey 2007 - Development in an Ageing World*” (UN, 2007), do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas, o envelhecimento populacional é inevitável e, mesmo que as políticas de incentivo à natalidade nos países com baixos indicadores de fertilidade sejam efectivas, não serão capazes de alterar este quadro. Da mesma forma, os efeitos da imigração internacional também não deverão surtir grandes impactos sobre este processo. De facto:

“As the coming changes in population age structure are well understood, they can be largely anticipated. Ideally, policy responses should be put in place ahead of time to ease adaptation to these long-term demographic changes. Even if population ageing is inevitable, its consequences depend on the measures developed to address the challenges it poses. (UN, 2007)”

Desde a declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de Dezembro de 1948, que no seu 25º artigo explicita a preocupação com a velhice, o tema do envelhecimento tem ganho progressivamente importância no debate dos principais órgãos de representação internacional.

A Organização das Nações Unidas, por exemplo, possui um longo percurso neste debate, cujos principais marcos são:

(a) *Vienna International Plan of Action on Ageing* (1982), o primeiro acordo internacional de orientações políticas e de programas orientados para o envelhecimento, incluía questões como saúde e nutrição, protecção dos consumidores idosos, habitação e meio-ambiente, família, bem-estar social, protecção de rendimentos e emprego, e educação;

(b) *International Conference on Population and Development Program of Action* (1994), realizada no Cairo com 179 países que se comprometeram com um Programa de Acção de 20 anos, e que incluía a introdução de mecanismos de protecção às pessoas idosas, em particular a implementação de sistemas de segurança social, a eliminação de todas as formas de violência e discriminação, o aumento do acesso aos serviços de saúde, e a assistência aos refugiados em conflitos;

(c) *The Economic, Social and Cultural Rights of Older Persons* (8 de Dezembro de 1995), o comité para os direitos económicos, sociais e culturais, criado para aprimorar a concretização em políticas dos compromissos feitos pelos Estados Membros, publicou este importante documento que apresentava recomendações explícitas para a implementação de políticas orientadas para o tema do envelhecimento;

(d) *Madrid International Plan of Action on Ageing* (2002), documento adoptado por 160 países membros e que possui um escopo mais amplo integrando: pessoas idosas e desenvolvimento, saúde e bem-estar nos idosos, fomento de ambientes de apoio aos idosos, implementação e acompanhamento de medidas. Para além destas vertentes, o plano solicitava aos governos que integrassem as necessidades e os direitos dos idosos nas políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento económico e social.

Estas preocupações também já se encontram bastante patente em outros importantes órgãos internacionais, como a União Europeia e a OCDE.

Com a publicação do livro verde, intitulado “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas” (CE, 2005), a União Europeia assinalou a sua forte preocupação com a questão, em particular sublinhando, os desafios da natalidade, da pressão sobre os sistemas de segurança social e o possível contributo da imigração. O documento destaca ainda que a necessidade da promoção de uma nova solidariedade entre gerações, o que implica necessariamente a integração dos jovens e também um

novo papel para os seniores, reforçando ainda a necessidade de adequar a gestão do ciclo de vida activa dos indivíduos às alterações da estrutura demográfica.

Por sua vez também a OCDE tem manifestado a sua preocupação com o tema. O ex-economista chefe da instituição, Jean-Philippe Cotis (2003), aponta o orçamento público e os sistemas de segurança social como os grandes desafios a serem enfrentados. A sua preocupação recai particularmente sobre a quebra na participação da população activa, e conseqüentemente na arrecadação pública, ao mesmo tempo em que a pressão sobre os gastos deve aumentar, com o aumento de pensionistas e dos gastos com saúde. Preocupação partilhada por Auer e Fortuny (2000), da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que destacam as conseqüências económicas e sociais do envelhecimento da força de trabalho nos países da OCDE.

Sendo generalizado o reconhecimento da importância do tema, dentro e fora da academia, constata-se porém que o debate envolvendo a questão ainda parece estar longe de ter o destaque compatível com as transformações que o mesmo deve trazer.

Em particular no que concerne aos países em desenvolvimento que, como veremos (em paralelo ao tema do desenvolvimento das cidades) é onde deverão ocorrer as transformações mais drásticas, em termos de velocidade e dimensão.

“The challenges of population ageing are global, national and local. Meeting these challenges will require innovative planning and substantive policy reforms in developed countries and in countries in transition. Developing countries, most of whom do not yet have comprehensive policies on ageing, face the biggest challenges”. (ACTIVE AGEING: A POLICY FRAMEWORK, 2002, pp.33)

Neste capítulo pretendemos apresentar os principais aspectos inerentes à temática do envelhecimento e proceder a um breve enquadramento das dinâmicas e desafios que envolvem este processo. Neste âmbito, deveremos novamente destacar que, pese embora os processos de envelhecimento sejam bastante diversificados, consoante a

região ou país observado, se procura identificar os aspectos globais deste processo. Numa primeira etapa exploramos a noção e o debate em torno do que seria um conceito com múltiplas dimensões. De seguida, com base em indicadores quantitativos, apresentamos os principais temas que têm dominado o debate e actuação internacional sobre o envelhecimento.

A penúltima secção deste capítulo dedica-se a discutir alguns aspectos da construção da “imagem” do idoso e sua implicação no comportamento colectivo, cujo principal reflexo é o que chamamos de “paradoxo da longevidade”. Por fim, apresentamos o quadro geral das políticas para o envelhecimento definidas na sequência do *Madrid International Plan of Action on Ageing* (2002).

3.1 A multidimensionalidade do envelhecimento e o paradoxo da longevidade

O envelhecimento é outro conceito pilar deste trabalho e neste sentido julgamos oportuno aprofundar algumas interrogações sobre o seu significado e implicações. A definição de um grupo através de um corte etário rígido, no caso, 60 anos, é sem dúvida um importante instrumento de compreensão, avaliação e definição de políticas. A atribuição de um determinado benefício social, por exemplo, tendo em vista as necessidades específicas reconhecidas em cada uma das etapas da vida é disto bom exemplo. No entanto, é importante ressaltar que tal procedimento tem fortes e eventualmente negativas implicações.

Debert (1999: 41) afirma que mesmo sendo a idade um elemento fundamental para a organização social dos indivíduos, poucos trabalhos procuram efectivamente compreender a heterogeneidade de experiências presente em grupos diversos, ao adoptar um corte etário fixo para determinar ou caracterizar determinado grupo ou segmento, pelo que estaria incorrendo fatalmente num elevado grau de arbitrariedades.

A autora destaca ainda a importância desta “periodização” da vida:

“O facto universal de que as diferenças entre idades estão presentes em todas as sociedades tem sido explicado como fruto

de uma necessidade de vida social, expressa em termos do processo de socialização. Assim como as várias capacidades físicas necessárias para o desempenho de determinadas actividades estão relacionadas a diferentes estágios de desenvolvimento biológico, pressupõe-se o aspecto cumulativo dos vários conhecimentos necessários ao preenchimento dos papéis sociais, cuja aquisição consome tempo e implica uma progressão etária” (Debert, 1999: 43).

No seu trabalho, Debert discute as diversas transformações que ao longo do tempo vêm “alocando” os indivíduos na sociedade, sendo estes parâmetros voláteis e heterogéneos. A autora destaca como exemplo o surgimento da noção de infância e as distinções “modernas”, em que a mesma se apresenta como fase dependente e o adulto como um ser independente, com maturidade psicológica e com direitos e deveres de cidadania. Debert (1999: 39) afirma que falar da periodização da vida e das relações entre gerações, é também mostrar como um processo biológico é investido culturalmente e elaborado simbolicamente, com rituais que demarcam fronteiras entre idades.

Neste sentido também afirma Beauvoir:

“Enfim, a sociedade destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiossincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afectado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la” (Beauvoir, 1990: 16).

Posto isso, e antes de avançarmos com a observação dos indicadores quantitativos, voltamos a ressaltar que ao falarmos do envelhecimento estamos necessariamente a

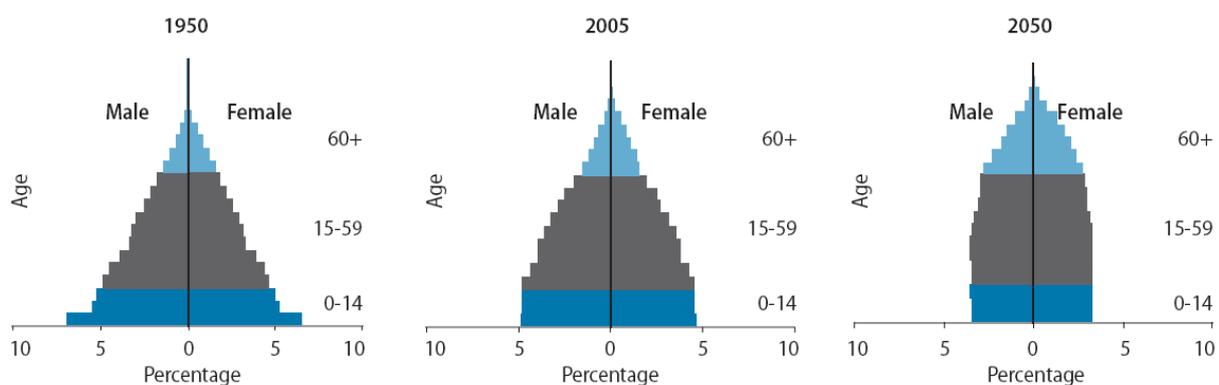
observar um grupo extremamente heterogéneo. A recorrente omissão deste facto na análise corrente implica em uma série de incongruências de raciocínio que discutiremos em seguida.

3.1.a As actuais Dinâmicas do Envelhecimento Populacional – Origens e Tendências

A observação da informação quantitativa sobre o envelhecimento demográfico é um excelente ponto de partida para compreender as dinâmicas e desafios desta transformação. Devemos salientar que os indicadores que serão apresentados representam de alguma forma o actual foco das preocupações políticas sobre o tema.

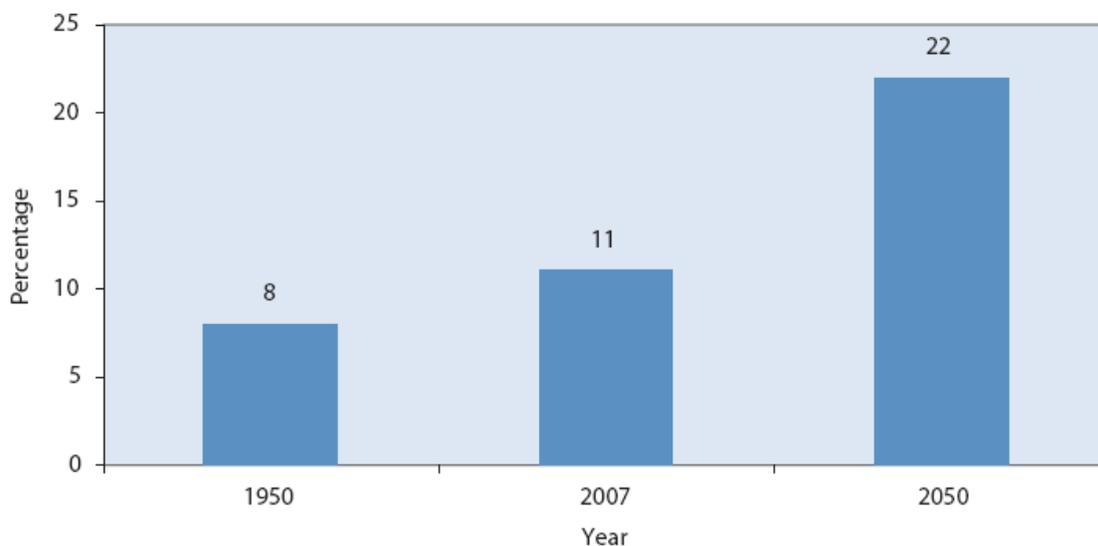
A alteração da pirâmide etária (Figura 5) e o aumento da parcela da população mundial com mais de 60 anos (Gráfico 3) já são informações bastante reconhecidas e dão a dimensão da transformação já observada que prossegue o seu curso.

Figura 5 – Pirâmides Etárias da população Global – 1950, 2005 e 2050



Fonte: UN (2007)

Gráfico 3 – Proporção da população mundial com 60 anos ou mais – 1950 - 2050



Fonte: UN-DESA (2007)

Sendo evidente a relevância da questão do envelhecimento populacional, importa numa primeira etapa destacar dois conceitos fundamentais na compreensão das dinâmicas do envelhecimento: longevidade e envelhecimento.

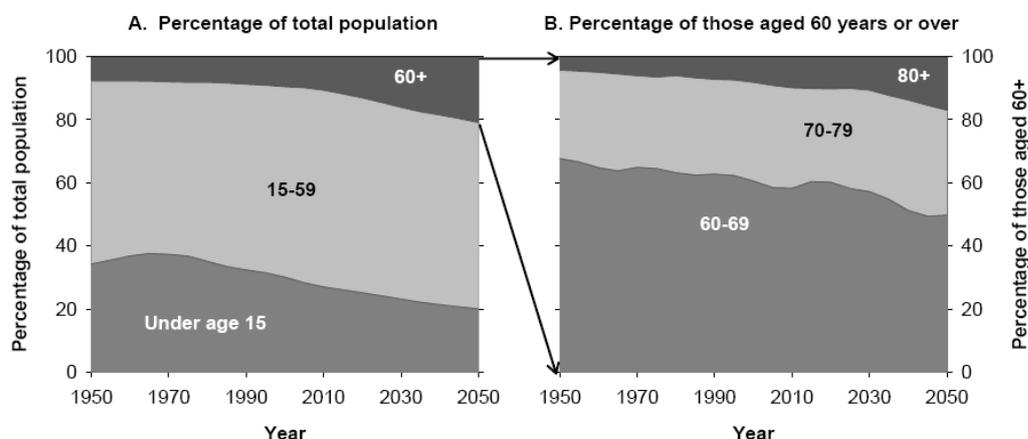
Carvalho (2003: 726) apresenta-nos definições muito úteis para compreender os dois conceitos. O primeiro, longevidade, é definido pelo autor como o número de anos vividos por um indivíduo, ou número de anos que, em média, as pessoas de uma mesma geração⁴ ou coorte, viverão. Já o conceito de envelhecimento indica a mudança na estrutura etária da população, ou seja, um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, considerada como definidora do início da velhice.

O Gráfico 4 ajuda-nos a compreender a importância na distinção destes dois conceitos que têm consequências muito distintas. De facto, o envelhecimento populacional em curso não representa apenas um aumento da proporção da população idosa em relação à população total, mas igualmente um envelhecimento da própria população idosa.

⁴ Definindo-se como geração o conjunto de recém-nascidos em um mesmo momento ou mesmo intervalo de tempo.

Gráfico 4 – Proporção da população mundial segundo diferentes grupos etários – 1950 - 2050

Figure 0.1. Proportion of world population in different age groups, 1950-2050



Source: United Nations (2003b).
NOTE: Estimates and medium-variant projections.

Fonte: UN-DESA (2005)

Como podemos constatar o número da parcela mais velha da população idosa (com 80 anos ou mais) deve passar dos cerca de 70 milhões em 2000 para 380 milhões em 2050, dos quais dois terços são mulheres, dado sobre o qual no iremos debruçar com maior atenção de seguida.

A Tabela 1 permite-nos observar algumas particularidades do processo de alteração da estrutura demográfica no mundo. Como já referimos, embora a proporção de idosos seja substancialmente maior nos países desenvolvidos, a transformação observada nos países em desenvolvimento é bastante acelerada. Em 2050, o número de pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos nos países em desenvolvimento deve quadruplicar em relação ao observado em 2000, sendo que nos países desenvolvidos este crescimento deve ser bastante inferior, cerca de 1,7 vezes. A população com idade igual ou superior aos 80 anos também deve ter um crescimento muito mais expressivo nos países em desenvolvimento, 8 vezes maior (contra 3 vezes maior nos países desenvolvidos).

Tabela 1 - População total e relativa com 60 ou mais e 80 ou mais anos de idade, Mundo e Principais áreas e regiões – 1950, 2000, 2050

TABLE 0.1. ABSOLUTE AND RELATIVE NUMBERS OF POPULATION AGED 60 YEARS AND OVER AND POPULATION AGED 80 YEARS AND OVER FOR THE WORLD, MAJOR AREAS AND REGIONS, 1950, 2000 AND 2050

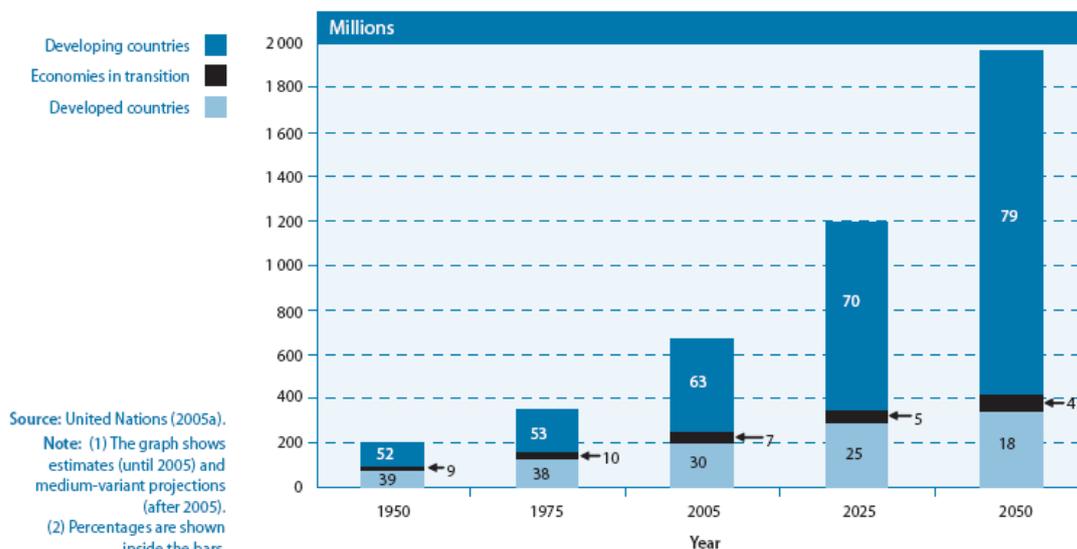
Major area	Population aged 60 years or over						Population aged 80 years or over					
	Population (millions)			Proportion over total population (per cent)			Population (millions)			Proportion of these aged 60 or over (per cent)		
	1950	2000	2050	1950	2000	2050	1950	2000	2050	1950	2000	2050
World.....	205	606	1 907	8	10	21	14	69	377	7	11	20
More developed regions.....	95	232	394	12	19	32	9	37	113	9	16	29
Less developed regions.....	110	375	1 514	6	8	20	5	32	265	5	9	17
Africa.....	12	40	183	5	5	10	1	3	20	5	7	11
Asia.....	95	322	1 191	7	9	23	4	29	224	5	9	19
Europe.....	66	147	222	12	20	35	6	21	60	9	14	27
Latin America and the Caribbean.....	10	42	184	6	8	24	1	5	38	7	12	21
Northern America.....	21	51	117	12	16	26	2	10	33	9	20	28
Oceania.....	1	4	11	11	13	25	0	1	3	9	17	25

Source: United Nations (2003c).

Fonte: UN-DESA (2005)

Gráfico 5 – Volume e distribuição da população com 60 ou mais anos de idade, por grupos de países, 1950, 1975, 2005, 2025 e 2050.

Figure O.1.
Size and distribution of world population aged 60 years or over by groups of countries, 1950, 1975, 2005, 2025 and 2050



Fonte: UN (2007)

Outro aspecto fundamental na compreensão das dinâmicas do envelhecimento demográfico diz respeito às causas apontadas para explicar esta transformação. Segundo Moreira (2001), as alterações na composição demográfica podem ser avaliadas por duas variáveis básicas, a fecundidade, chamada de “base”, e a mortalidade, designada como “topo”. A Tabela 2, dá-nos uma boa noção destes dois movimentos.

Tabela 2 – Esperança de vida e taxas de fertilidade para países seleccionados e grupos de países – 1950-1955, 2000-2005 e 2045-2050.

Table II.1.
Life expectancy at birth and total fertility rate for selected countries and groups of countries, 1950-1955, 2000-2005 and 2045-2050

	Life expectancy (years)			Total fertility rate (children per woman) ^a		
	1950-1955	2000-2005	2045-2050	1950-1955	2000-2005	2045-2050
World	47	65	75	5.0	2.6	2.0
Developed countries	67	78	84	2.8	1.6	1.8
Europe	66	78	83	2.5	1.4	1.8
Japan	64	82	88	2.8	1.3	1.9
United States	69	77	82	3.4	2.0	1.9
Canada, Australia, New Zealand	69	80	85	3.5	1.6	1.9
Economies in transition	63	65	74	3.1	1.6	1.8
Commonwealth of Independent States	63	65	74	3.1	1.6	1.8
South-eastern Europe	57	74	80	3.7	1.6	1.8
Developing countries	41	63	74	6.2	2.9	2.1
Latin America and the Caribbean	51	72	79	5.9	2.5	1.9
East Asia and the Pacific	41	70	78	6.1	1.9	1.9
South Asia	39	63	75	6.1	3.2	1.9
Western Asia	43	68	78	7.0	3.5	2.0
Africa	38	49	65	6.7	5.0	2.5

Source: United Nations (2005a).

Note:

(1) Life expectancy at birth is the number of years a child born in the given period would live if the age-specific mortality rates of the period were to remain constant over his or her lifetime; the total fertility rate is the number of children that would be born per woman, assuming no female mortality at childbearing ages and the age-specific fertility rates of the specified region and reference period.

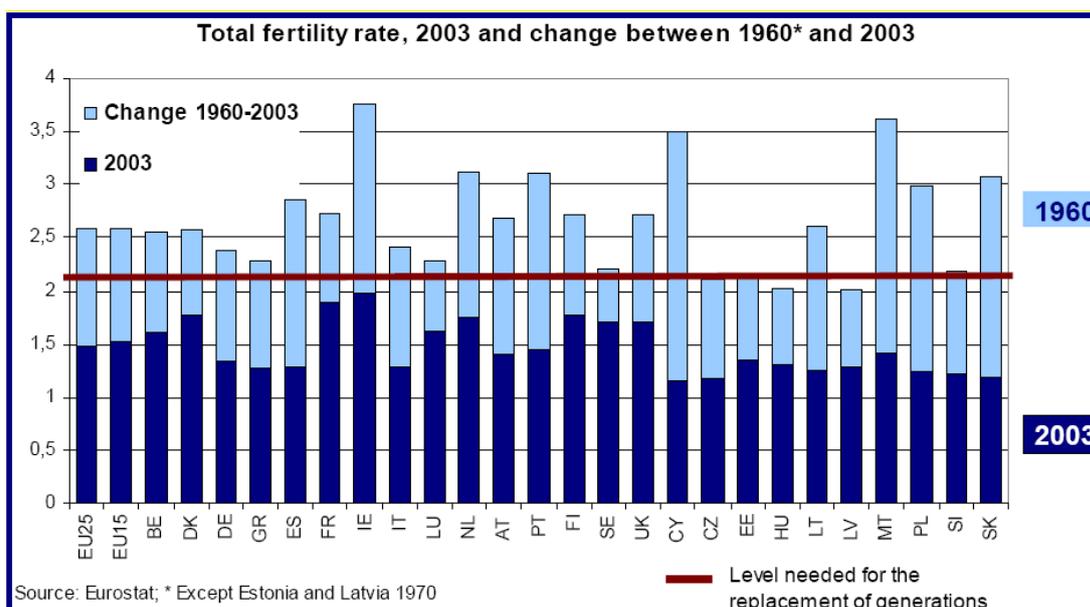
(2) The table shows estimates (until 2005) and medium-variant projections (after 2005).

^a Women aged 15-49.

Fonte: UN (2007)

Esta distinção é particularmente fundamental na questão das orientações políticas seguidas em cada contexto em que são desenvolvidas. Um bom exemplo disto encontra-se nas orientações estabelecidas por instituições como a União Europeia, em que se destaca a questão da queda das taxas de natalidade (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Taxa de fertilidade total em 2003 e alterações entre 1960 e 2003



Fonte: CE (2005)

Com uma forte pressão advinda da “base”, os países da União Europeia têm feito um grande esforço para promover a natalidade. Não apenas pelos desafios decorrentes do envelhecimento populacional, mas fundamentalmente pelo reconhecimento de que nunca na história se observou um crescimento económico sem nascimentos. Tal tendência na Europa possui ainda uma forte ligação com o controverso tema da imigração, apontada como uma das soluções capazes de enfrentar o acelerado processo de diminuição da população europeia. O Gráfico 6 mostra a queda nas taxas de fertilidade observada nos países da União. Em 1960 quase todos os países possuíam taxas de fertilidade superiores à chamada taxa de substituição, mas já em 2003 estas taxas declinaram fortemente na generalidade dos países.

Ainda em relação aos aspectos mais gerais da análise demográfica importa referir outras possibilidades que poderiam ser exploradas num contexto mais específico, como por exemplo as que teriam influência sobre o “topo”. O fenómeno da mortalidade pode ser um bom exemplo disto, visto que, conforme a incidência, a diminuição da mortalidade tende a ter efeitos distintos sobre a população. Ou seja, a redução dos níveis de mortalidade predominantes sobre os grupos mais jovens, tem um efeito completamente diferente caso esta redução concentrar-se nos grupos mais velhos, fora da chamada “idade reprodutiva”(Moreira, 2001; Carvalho, 2003).

A visão global do fenómeno do envelhecimento mostra-nos que a esperança de vida aumentou dos 47 anos, no período de 1950 a 1955, para 65 anos, entre 2000 e 2005, esperando-se ainda que este número chegue aos 75 anos entre 2045 e 2050. A queda na fertilidade global é também outro factor que sofreu uma evolução bastante acentuada, caindo de 5 filhos por mulher, para 2,6. Este valor deve cair para os 2 filhos por mulher, no mesmo período já referenciado (ver Tabela 2).

Feminização

O processo de envelhecimento populacional possui outra característica bastante marcante, cujo impacto tem grande influência na análise e implementação de políticas, a chamada feminização. Com uma esperança de vida significativamente maior do que os homens, em quase todo o mundo, a proporção de mulheres em relação ao número de homens tende a aumentar com o avançar da idade. Enquanto em 2005 a proporção mundial de homens em relação às mulheres era de 101 para 100, para a população com 60 ou mais anos de idade passa a ser de 82 homens para 100 mulheres (ver Tabela 2).

As mulheres não só apresentam maior tendência para sobreviver até aos 60, mas, uma vez alcançada esta idade, tendem a viver mais que os homens nas mesmas condições. Em 2005, a proporção de mulheres para cada homem era de quase 4 para 3 se considerada a população com mais de 65 anos de idade e de quase 2 para 1 na população com mais de 80 anos.

Esta proporção também varia bastante em termos de diferenças regionais. Com uma proporção bem mais elevada nos países em desenvolvimento ou em transição, particularmente nestes últimos a proporção de homens por mulheres é bastante reduzida na faixa etária dos 60 ou mais anos de idade, de 57 homens para cada 100 mulheres e apenas de 29 homens por 100 mulheres na faixa etária dos 80 ou mais anos de idade (UN, 2007).

Esta característica do processo de envelhecimento abre-nos um vasto leque de campos para explorar. É importante lembrar que as mulheres se encontram, por exemplo, particularmente mais expostas à violência doméstica, à discriminação no acesso ao trabalho, à educação, etc. Temas como o da viuvez trazem profundas alterações para a vida das mulheres e merecem uma reflexão mais cuidadosa. (ACTIVE AGEING: A POLICY FRAMEWORK, 2002)

Tabela 2 – Proporção por sexo da população mundial, segundo grupos de idade seleccionados e grupos de países, 1950, 2005, 2050

Age group	Sex ratio (males per 100 females)		
	1950	2005	2050
	World		
Total	100	101	99
0-14	104	105	105
15-59	99	102	103
60+	80	82	85
65+	75	77	80
80+	61	55	61
	Developed countries		
Total	95	96	96
0-14	104	105	105
15-59	93	100	102
60+	80	76	81
65+	78	71	77
80+	65	49	59
	Economies in transition		
Total	79	89	89
0-14	101	105	105
15-59	73	93	97
60+	54	57	65
65+	49	53	59
80+	36	29	38
	Developing countries		
Total	104	103	100
0-14	105	105	105
15-59	105	103	103
60+	86	88	86
65+	80	85	82
80+	68	67	64

Fonte: UN (2007)

Alterações na Organização familiar, dependência e participação

No quadro do processo de envelhecimento as alterações na dimensão e na organização familiar também representam outro facto de extrema relevância para a compreensão das dinâmicas e desafios que deveremos enfrentar do ponto de vista da organização colectiva. Com a drástica diminuição dos agregados familiares e com a alteração das formas de convivência e de relação no seio da chamada família estendida, parte significativa da rede de intra-ajuda e apoio, de e para, os idosos tem sofrido fortes mudanças.

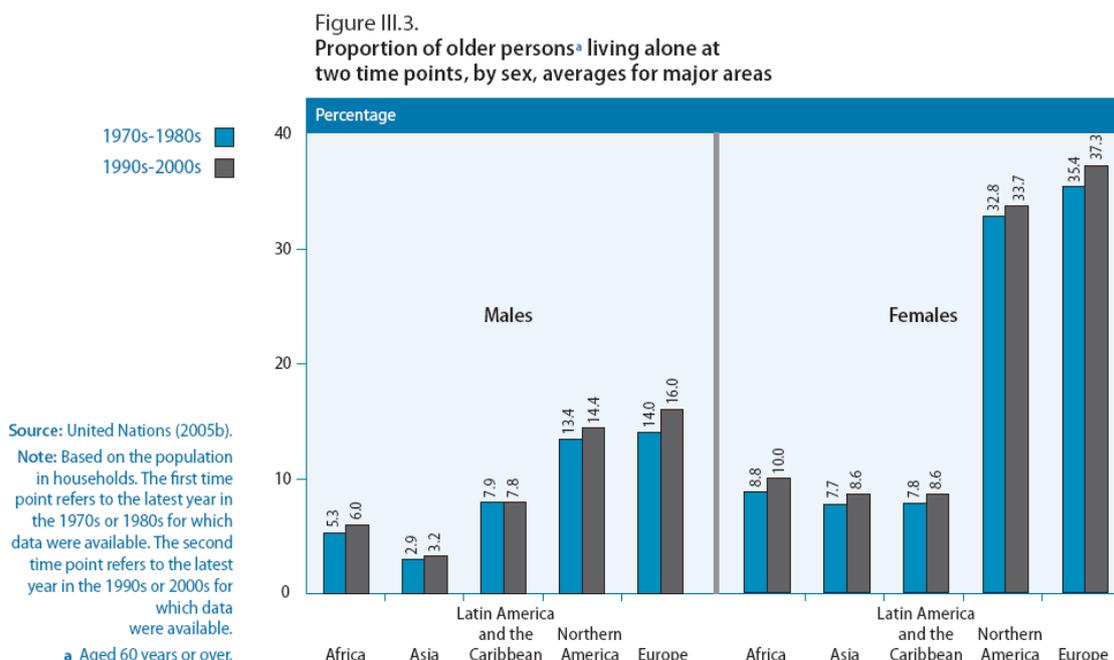
Estas alterações encontram as suas principais explicações em muitos dos temas já enunciados, como a quebra nas taxas de natalidade, a migração do campo para a cidade e, mais recentemente, os fluxos de imigração internacional. Poderíamos ainda acrescentar a estas questões como o aumento do nível de literacia, fortemente relacionado com a quebra nas taxas de fertilidade e com as mudanças na composição das famílias, bem como com outras questões socioculturais (mudanças na postura face ao casamento, aumento nas taxas de divórcio, opção pela vida como solteiro, etc.). Não poderíamos deixar de destacar as grandes alterações advindas da emancipação das mulheres e da sua integração massiva no mercado de trabalho, o que alterou radicalmente as decisões em relação ao número de filhos e o momento escolhido para a maternidade.

Embora a observação global nos indique que a maioria dos idosos continue a viver em casas próprias e nas suas comunidades, esta análise também tende a ter nuances bastante acentuadas na comparação regional. Nos países em desenvolvimento ainda prevalecem os arranjos familiares multigeracionais, na sua maioria convivendo avós, filhos, e netos. Apenas 13% dos idosos vivem apenas com os cônjuges e uma proporção ainda menor, 7%, vive sozinho. Tal situação é bastante diferente nos países desenvolvidos, onde grande parte dos idosos, 43%, vive apenas com o cônjuge e cerca de 25% vive sozinho (UN, 2007).

O ponto comum observado entre os diversos países é uma ligeira tendência para a vida solitária, dado que um em cada sete idosos vive sozinho no mundo, num total de cerca de 90 milhões. Como exemplo da diversidade de situações observada entre os países podemos observar esta proporção de idosos a viver sozinhos em 1994 para a Espanha e

a Dinamarca, que variava de 14% para, aproximadamente, 40%, sendo estas proporções ainda bastante inferiores nos países em desenvolvimento (ver Gráfico 7).

Gráfico 7 – Proporção de idosos a viverem sozinhos, comparação entre dois períodos, sexo e médias para grandes regiões.



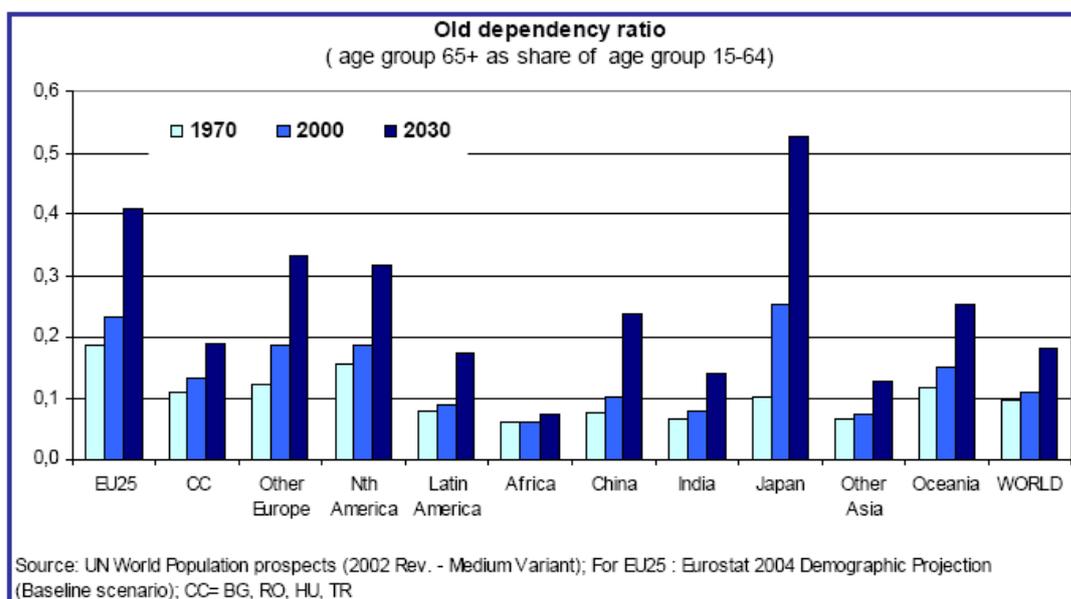
Fonte: UN (2007)

Outro indicador frequentemente utilizado para exprimir alguns dos impactos do envelhecimento populacional é o do rácio de dependência. Este indicador compara genericamente a proporção de indivíduos com mais de 65 anos e crianças com menos de 15, consideradas dependentes, e o resto da população, considerada economicamente activa. Como veremos, os pressupostos deste tipo de indicador são excessivamente rígidos, o que requer algum cuidado nas ilações que eventualmente devem ser retiradas de sua análise.

A construção dos rácios de dependência globais aponta para uma redução de 74 para 55 dependentes para cada 100 pessoas em idade activa entre os anos de 1975 e 2005. A principal alteração neste indicador deve-se a uma grande redução na parcela referente às crianças. No entanto, as projecções apontam para uma forte redução desta tendência nas

próximas décadas e finalmente uma inversão. As projecções apontam para um rácio de 53 e 57 dependentes para cada 100 pessoas em idade activa em 2025 e 2050 respectivamente, movimento impulsionado pelo aumento da parcela idosa da população (ver Gráfico 8).

Gráfico 8 – Rácio de dependência - Participação dos Idosos no grupo dependente



Fonte: (CE, 2005)

Na análise regional observamos que o rácio de dependência atingiu um valor histórico mínimo em 2005 para os países desenvolvidos. Tendência esta que deve inverter-se face ao envelhecimento populacional. Já nos países em desenvolvimento existe uma grande disparidade entre o comportamento do indicador observado no passado e as projecções para o futuro. Entre 1950 e 1975 o rácio global de dependência era extremamente elevado devido ao enorme peso da população infantil, que ao diminuir fez declinar o peso da dependência, tendência esta que deve manter-se até 2025, quando a taxa de dependência deve voltar a subir, desta vez, impulsionado pelo rápido crescimento da população idosa (UN, 2007).

O impacto económico

Parte significativa do apelo para a sensibilização sobre o tema do envelhecimento tende a trazer o foco deste processo para as possíveis graves consequências, ou tragédias, que deveremos enfrentar. Esta “estratégia” resulta em alguns efeitos nefastos que discutiremos de seguida. De alguma forma é também esta a motivação de muitos dos importantes trabalhos centrados no impacto do envelhecimento populacional para a economia.

A influência do envelhecimento populacional sobre a produtividade e a oferta de força de trabalho é um dos assuntos inseridos nesta linha de investigação. Novamente, a análise regional aponta para tendências bastante discrepantes. Embora a força de trabalho global tenda a continuar a crescer, mais 833 milhões de trabalhadores entre 2000 e 2020, algumas regiões, como a Europa, tendem a observar decréscimos neste mesmo período. Novamente, os efeitos da imigração e dos decréscimos na fertilidade são factores chave na análise específica de cada região e de cada país. Como já mencionámos, o abrandamento na expansão da força de trabalho deve traduzir-se num abrandamento do crescimento económico.

As alternativas políticas para inverter esta tendência resumem-se aos já conhecidos incentivos à natalidade, às políticas de imigração, ao aumento da participação das mulheres e, por fim, ao aumento da participação dos idosos (UN, 2007).

Ao centramos a nossa análise na participação dos idosos, podemos observar que os trabalhadores mais velhos apresentam uma menor taxa de participação quando comparados com os trabalhadores nos seus primeiros anos de trabalho (ver Tabela 3). Esta tabela mostra-nos ainda que entre os homens a redução na participação é mais acentuada nas chamadas economias em transição, com uma queda de cerca de 38%.

Assinale-se que a queda da participação das mulheres se regista em todos os grupos de países. Nas economias em transição este indicador apresenta uma queda particularmente marcante, que vai dos 81,3% para os 31,2%, valores que caem de aproximadamente 64% para 36% na Ásia, na América Latina e no Caribe. Este fenómeno explica-se particularmente pelo facto de muitos desses países possuírem idades de reforma mais baixas para as mulheres.

Recuperando o já enunciado tema da feminização temos aqui um bom exemplo da importância deste tipo de transformações. Importa referir que a sobreposição de menores níveis de escolaridade com o envelhecimento tende a ter um peso acrescido na exposição das mulheres à discriminação no mercado de trabalho. De facto, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres idosas ao defrontar o mercado de trabalho têm algum eco se olharmos para as estatísticas mundiais da participação das mulheres entre os diversos grupos etários que compõem a população activa. Com excepção da Oceania, as mulheres entre os 55 e 64 anos representam o grupo com menor participação. Na prática o que se verifica é que grande parte das mulheres continua a trabalhar, muitas vezes em actividades informais e frequentemente em actividades não remuneradas, o que nos remete para uma outra questão, que trataremos a seguir, as baixas pensões auferidas (Kelly, 2007).

São muitos os factores que influenciam na decisão do trabalhador em deixar o mercado de trabalho: péssimas condições de trabalho, doença, descontentamento, etc. Para os trabalhadores mais velhos, as condições institucionais talvez sejam aquelas que têm maior influência, tanto do ponto de vista das condições apresentadas para a reforma, como na perspectiva das diversas práticas discriminatórias observadas nas empresas, como a imposição de um limite de idade nos processos de recrutamento (UN, 2007).

Tabela 3 – Taxa de participação da Força de Trabalho, 2005, por região, sexo e grupo de idade

Labour-force participation rates, 2005, by region, sex and age group

Percentage of population of working age						
	Age group					
	25-54		55-64		65 +	
Region	Men	Women	Men	Women	Men	Women
Developed countries	91.9	75.3	63.9	44.9	13.4	6.3
Economies in transition	90.7	81.3	52.6	31.2	14.2	7.8
Africa	96.2	61.0	86.5	48.3	57.4	25.8
Asia	96.3	64.2	77.6	35.4	38.0	13.2
Latin America and the Caribbean	94.3	64.3	76.1	37.2	37.2	13.7
Oceania	87.4	73.3	76.0	60.6	51.4	33.4
World	95.1	66.7	73.5	38.7	30.2	11.3

Source: UN/DESA calculations based upon data from the Population Division of the United Nations Secretariat and the International Labour Office (2005b).

Fonte: UN (2007)

Perante um futuro cuja tendência aponta para uma redução na força de trabalho outra saída seria apostar no aumento da produtividade dos trabalhadores. Neste sentido, importa proceder a um comentário sobre o impacto do envelhecimento na produtividade do trabalho.

O senso comum estabelece a existência de uma correlação directa entre o envelhecimento e o declínio na produtividade do trabalhador. A ideia de que o envelhecimento implica perda de capacidades físicas que reduzem a produtividade do trabalhador, poderia eventualmente fazer algum sentido em determinadas actividades, fisicamente muito exigentes, mas a verdade é que tal facto não possui uma clara correlação científica, nem é observado em muitas actividades onde o envelhecimento tem um efeito exactamente oposto sobre a produtividade.

Beauvoir (1990) destaca as dificuldades enfrentadas pelos idosos e a forma como, ao longo do tempo, esta população vem acompanhando o aumento da proporção de desempregados. Utilizando diversos exemplos de legislações de países ocidentais, a autora mostra como os idosos são “legalmente” marginalizados, assumindo a posição de um peso para a sociedade. Em relação ao declínio da sua produtividade, ela afirma que mesmo perante perdas como a agilidade e a força muscular, o idoso tende a utilizar a sua experiência como forma de compensação.

“um bom exemplo disso é fornecido pelas fábricas têxteis do Yorkshire: a dobradura e a passagem dos fios são trabalhos de precisão; ora, muitas mulheres idosas os executam perfeitamente, apesar da má visão; elas têm o ofício nos dedos.” (Beauvoir, 1990: 283)

Além das dificuldades que habitualmente poderiam acometer qualquer indivíduo que trabalha, o idoso ainda tem de enfrentar a pressão da competição imposta pelos mais jovens. Neste sentido, vale a pena lembrar que, em muitos casos, pequenas adaptações como o fornecimento de óculos para os que perdem acuidade visual, são suficientes para contornar certas dificuldades.

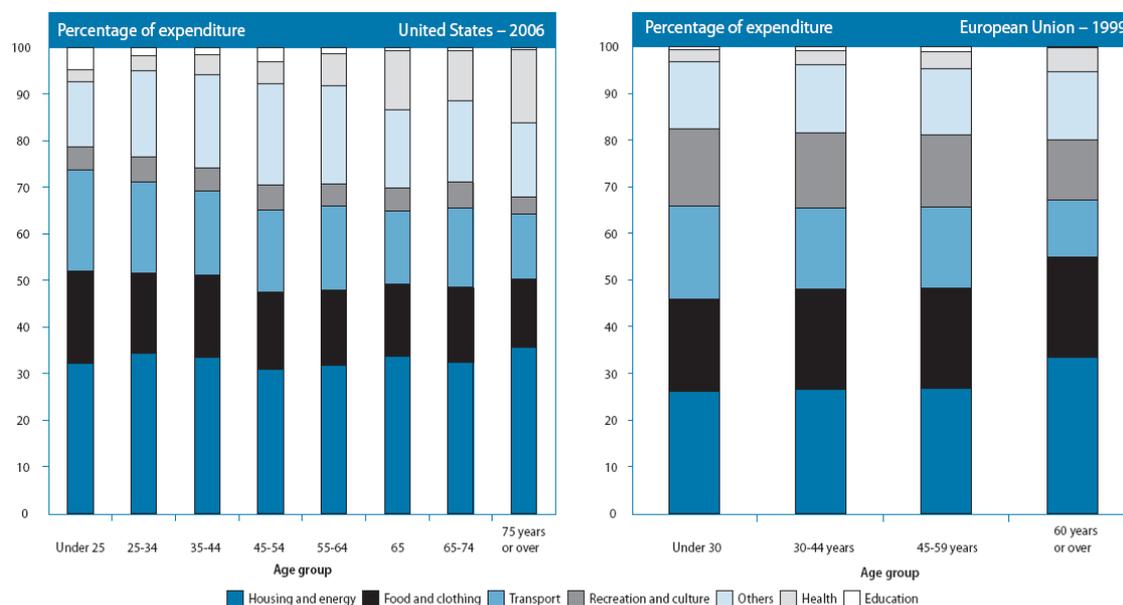
Mesmo ressalvando diversas variáveis que influem na produtividade do trabalhador, como o tipo de actividade, as transformações tecnológicas, a experiência, etc., o Relatório do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas (UN, 2007) assume que o envelhecimento populacional em muitos dos países com altos e médios rendimentos desvia o perfil dos trabalhadores daquele que seria o “pico da sua produtividade”.

A influência do envelhecimento populacional sobre o comportamento dos agentes em relação ao consumo e à poupança é outro tema que tem despertado o interesse dos economistas. Embora novamente o senso comum, e até importantes vertentes da teoria clássica, como a teoria do ciclo de vida de Franco Modigliani, nos remetam para a ideia de que o consumo dos indivíduos diminui com o avanço da idade, tal facto não encontra eco nas observações empíricas.

De facto, o que se observa é uma grande variedade de padrões, mesmo entre países com perfis de desenvolvimento muito similares. A passagem para a reforma pode ser um marco importante na alteração dos padrões de consumo, sem as despesas em que o trabalhador normalmente teria que incorrer para o exercício da sua actividade profissional, e quanto ao aumento do tempo dedicado ao lazer, é esperado que o consumo destes indivíduos tenha um decréscimo. Os já mencionados arranjos familiares e a existência ou não de uma estrutura pública de apoio têm também forte influência. Em muitos casos as despesas das pessoas mais velhas podem permanecer constantes ou até mesmo aumentar, na medida em que constituem muitas vezes a rede de suporte para as gerações mais novas.

Um olhar mais atento aos padrões de consumo ajuda-nos a compreender a diversidade de dinâmicas associadas. O Gráfico 9 compara a estrutura de gastos de consumo por grupos de idade entre os Estados Unidos e a União Europeia. Em ambos os casos a parcela de gastos referentes à habitação e serviços relacionados, bem como energia e saúde, parece aumentar com o avanço da idade. Por outro lado, os gastos com lazer, cultura e transportes diminuem, permanecendo constantes os gastos de consumo associados a alimentação e vestuário. Embora a análise referida seja instrumentalmente importante na orientação de políticas, o facto é que a variável rendimento ainda é a mais significativa para a explicação das variações na procura.

Gráfico 9 – Estrutura de despesas de consumo por grupos de idade, EUA, 2009 e UE 1999.



Sources: U.S. Census Bureau, Consumer Expenditure Survey 2005 (<http://www.bls.gov/cex/>); and European Commission, Eurostat online database 2006 (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>).

Fonte: UN (2007)

Sobre a influência do envelhecimento populacional nos padrões de poupança observamos novamente uma grande discrepância de padrões entre países. Embora em termos agregados exista alguma evidência de que as economias com maiores taxas de dependência tendem a apresentar uma diminuição das taxas de poupança, não são claras as relações entre envelhecimento populacional e padrões de poupança (UN, 2007).

Factores como os níveis de desigualdade, o valor dos activos na posse dos indivíduos, as expectativas em relação ao futuro, os diferentes níveis de impostos, a existência de sistema de pensões, e a provisão de cuidados de saúde em casos de doenças crónicas, contam muito mais para o comportamento dos indivíduos em relação à poupança do que propriamente a idade.

Há sim uma clara tendência para que as poupanças sejam canalizadas para os chamados fundos de pensões e outro tipo de investimentos financeiros destinados a suprir o período da reforma, facto com fortes repercussões na estabilidade do sistema financeiro.

Antes de voltarmos ao incontornável tema das pensões devemos ainda fazer menção a duas questões importantes: Rendimento e Pobreza. Segundo o Relatório do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas (UN, 2007) observamos uma redução no padrão de vida das pessoas mais velhas, em que factores como problemas de saúde ou a já referida diminuição nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho conferem uma maior vulnerabilidade a este grupo. As fontes de subsistência variam bastante entre os países, sendo as pensões a principal fonte de rendimentos nos países desenvolvidos.

O quadro geral aponta para um número bastante alarmante. Cerca de 80% da população idosa no mundo não está suficientemente protegida dos riscos de saúde, debilidade ou rendimento. Nos países em desenvolvimento cerca de 342 milhões de indivíduos idosos não possuem fontes de rendimentos suficientemente adequadas, valor que pode atingir os 1,2 mil milhões de indivíduos em 2050.

A população rural nos países em desenvolvimento ajuda a ilustrar algumas das situações onde a inexistência de mecanismos de previdência faz com que a população idosa esteja particularmente exposta. Nestes casos, a noção de reforma é inexistente e a pobreza é praticamente inevitável, na medida em que não podem continuar a prover o seu próprio sustento.

Por outro lado, pode-se afirmar que nos países onde existem mecanismos formais de transferência e de pensões a população idosa tende a ter um menor risco de pobreza do que a população mais jovem. Noutras situações, o risco observado pela população idosa tende a ser equiparado ao da média nacional.

Aqui a já referida feminização pode dar-nos um bom exemplo das dinâmicas que envolvem não só o envelhecimento, mas também a pobreza. Factores como o grau de instrução e a situação familiar tendem a ter uma forte influência sobre o risco de pobreza. No entanto, as características já mencionadas sobre o processo de feminização do envelhecimento ajudam-nos a compreender o facto de as mulheres mais velhas tenderem a ter um maior risco de pobreza do que os homens.

Para uma melhor compreensão da dinâmica das condições de vida dos idosos seria fundamental a observação de outros indicadores para além do indicador de pobreza, fundamentalmente pautado por um determinado nível de rendimento. Alguns

indicadores sobre as condições de habitação são disto um bom exemplo. Em grande parte dos países em desenvolvimento as condições de habitação dos idosos apresentam variações bastante significativas consoante o nível de rendimento. Em países como a Bolívia, Paraguai, e Chile, os idosos tendem a ter um menor acesso a água potável no domicílio, tendência oposta da observada em países como a Nicarágua, Colômbia e Venezuela. As condições de higiene também variam bastante entre os países, o que inclui o acesso a casas de banho, à recolha de lixo etc. Nos países desenvolvidos, o foco deste tipo de análise recai sobre as condições da habitação que possibilitam ao idoso uma vida autónoma, o que inclui a acessibilidade e a segurança (UN, 2007).

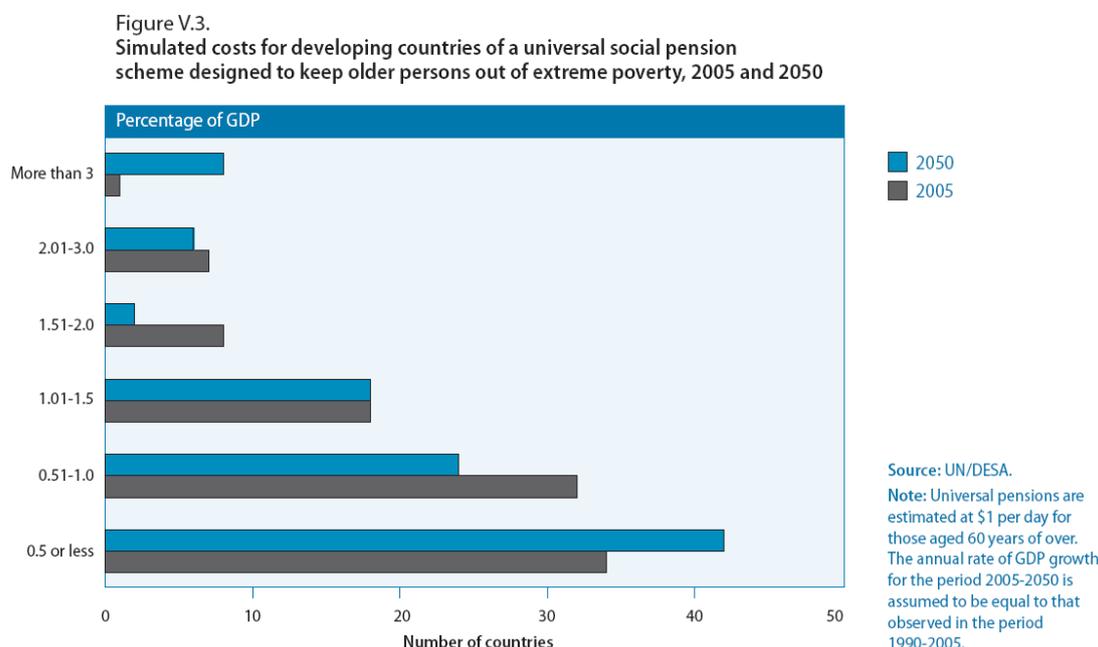
O incontornável tema das pensões, talvez o primeiro na lista dos economistas quando incitados a reflectir sobre o envelhecimento, possui basicamente duas grandes linhas de preocupações. Por um lado, a universalização dos sistemas em todo o mundo, por outro, a sustentabilidade dos mesmos.

Como vimos, os sistemas de pensões são os principais responsáveis pela redução da pobreza e da vulnerabilidade da população idosa. Com apenas cerca de 20% da população coberta com benefícios sociais, os países em desenvolvimento devem enfrentar grandes desafios na universalização deste tipo de prestações. Em linhas gerais, o debate em torno da forma de financiamento destes sistemas processa-se entre os modelos denominados “*pay-as-you-go*”, onde uma geração paga pela reforma da outra, ou o “*fully-funded*”, onde os indivíduos devem receber o que pouparam ao longo da vida.

A implementação dos sistemas de pensões universais nos países em desenvolvimento pode não ser tão onerosa quanto se imagina. O Gráfico 10 apresenta uma simulação dos custos da implementação de sistemas de pensões em relação ao PIB nos países em desenvolvimento, com a premissa de 1 US\$ por dia para os indivíduos com 60 ou mais anos de idade.

Entre os 100 países considerados na simulação, para 66% este custo representaria menos de 1% do PIB em 2005 e para 34% o custo seria inferior a 0,5% do PIB. O estudo afirma ainda que os custos tenderiam a permanecer baixos visto que para a maioria dos países a taxa de crescimento do PIB seria no mínimo equivalente ao crescimento da população idosa.

Gráfico 10 – Simulação de custos, nos países em desenvolvimento, para a implementação de sistemas universais de pensões planeados para garantir que os idosos saíam da pobreza extrema, 2005 e 2050.



Fonte: UN (2007)

Neste sentido, o principal desafio para a implementação deste tipo de esquemas reside na capacidade de mobilização do interesse político. A canalização de recursos para um sistema deste tipo é claramente uma questão de definição de prioridades e, consequentemente, de vontade política.

O debate em torno da sustentabilidade do sistema de pensões é um tema bastante complexo e que não pretendemos aprofundar dentro do escopo deste trabalho. Devemos, contudo, ter em mente que muitas das soluções institucionais propostas tendem a ter um forte impacto sobre a participação dos indivíduos idosos na sociedade.

Saúde

O último aspecto com expressão mais quantitativa que iremos explorar neste capítulo é o tema da saúde. Sobre este tema começamos por destacar a mudança do perfil

epidemiológico que resulta do envelhecimento demográfico. Basicamente, observamos uma mudança da predominância de doenças infecciosas e de altos índices de mortalidade infantil e maternal para doenças não comunicáveis (diabetes, câncer e ataques cardíacos, por exemplo), em particular as crónicas.

Outro mito bastante enraizado é o da relação directa entre envelhecimento populacional e o aumento dos custos de saúde. Os resultados para a análise global mostram que, embora o envelhecimento populacional efectivamente contribua para o aumento dos custos com cuidados de saúde, este não é de facto o principal responsável pelo aumento verificado. Factores como mudanças tecnológicas, alterações nos padrões de serviços, no comportamento dos utentes, o aumento nos custos de medicamentos, entre outros, tendem a ter impactos bastante mais significativos (UN, 2007).

O envelhecimento demográfico deverá ainda colocar aos sistemas de saúde dois grandes desafios: (i) o aumento dos casos de doenças crónicas; e (ii) a necessidade acrescida de provisão de cuidados continuados para aqueles cuja condição crónica é irreversível. Estas mudanças têm implicações não apenas na adaptação das actuais políticas de saúde, mas também na adequação dos profissionais da área.

3.1.b O Paradoxo da longevidade – A velhice como problema

Até aqui discutimos a complexidade que envolve o processo de envelhecimento demográfico, em particular, a “construção” sociológica do indivíduo idoso. Como vimos, são muitos os desafios e enorme a premência observada em algumas medidas que constituem a principal justificação para trazer o tema do envelhecimento para o centro do debate.

Resta-nos ainda discutir o já enunciado papel do idoso nas sociedades contemporâneas. Reflectir sobre a “imagem” e a “percepção” colectiva do idoso enquanto indivíduo, o seu papel, função, etc., deve auxiliar-nos no processo de aprimoramento das políticas públicas de um modo geral.

Almeida (2003: 41) afirma que a lógica que preside às sociedades ocidentais contemporâneas é a do valor do indivíduo medido pela sua produtividade. Sendo assim, resta à velhice o contraponto a estes valores. Não é por acaso que o termo “velho”

transporta consigo uma carga negativa bastante acentuada. É a procura da “juventude eterna” que baliza os padrões estéticos dos indivíduos.

Neste sentido, podemos constatar que a velhice ocupa um lugar pouco ou nada confortável na sociedade, sendo algo a evitar a qualquer custo. Almeida afirma ainda que este horror à velhice tem origem menos no “culto da juventude” e mais no culto do eu, traço marcante da nossa sociedade moderna, o chamado individualismo.

Sobre esta mesma questão, Debert (1999: 56-57) afirma que o curso de vida moderno é reflexo da lógica fordista, tendo como resultado o apagamento das fronteiras que separavam as diversas etapas da vida e das normas que indicavam o comportamento apropriado aos grupos de idade. A autora afirma ainda que a preocupação em descrever o modo pelo qual a velhice é transformada num problema que preocupa a sociedade, vai-se constituindo em campo de saber, especializado em definir as necessidades e apontar os problemas.

No que caracteriza como “sociedade unietária”, a autora observa o esfacelamento de marcos de periodização da vida em função da consolidação de um estereótipo jovem e “centro-europeu”.

As mudanças ocorridas no processo de produção, decorrentes dos avanços na tecnologia e conseqüentemente na crescente automação e informatização dos processos, fazem com que os conhecimentos anteriormente adquiridos se tornem frequentemente obsoletos e obstáculo aos novos.

“Very often the real contribution of older persons to society is obscured by negative stereotypes focusing on the potential problems of population ageing through the projection of images of older people portraying them as a liability to society and a drain on government and family resources. Negative images of older persons may trigger episodes of discrimination and abuse. A more balanced view of ageing—one that gives attention to the authority, wisdom, dignity and restraint that comes with a lifetime of experience—is needed both to increase the self-esteem of older persons and to improve their contribution to development”. (UN, 2007)

Estas características resultam no confronto entre uma conquista, a longevidade, em que todos queremos e reconhecemos o valor de viver mais e melhor, e um ideal, o da “eterna juventude”, confronto este que denominamos por “paradoxo da longevidade”.

3.2 Políticas para o Envelhecimento

Os desafios até aqui apresentados já estão a ser enfrentados. Na prática, os governos têm orientado as suas políticas consoante as características locais do processo de envelhecimento e, é claro, da vontade e prioridade política dada ao tema.

É exactamente com a preocupação em construir uma intervenção participada e adequada à realidade de cada país, cidade, bairro, etc., que o *Department of Economic and Social Affairs* das Nações Unidas publicou dois importantes documentos: (i) o *Guidelines for review and appraisal of the Madrid International Plan of Action on Ageing - Bottom-up participatory approach* (UNDESA, 2006) e o (ii) *The Madrid International Plan Of Action On Ageing Guiding Framework And Toolkit For Practitioners & Policy Makers* (Lane & Seour, 2008). Ambos pretendem consubstanciar-se em medidas e mobilizar as conclusões emanadas do *Madrid International Plan of Action on Ageing*, de forma a possibilitar que os diversos actores adaptem tais conclusões para as suas realidades locais.

Neste sentido, acreditamos que as conclusões do Relatório da Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento são um parâmetro representativo da diversidade de políticas que podem ser adoptadas para dar resposta aos desafios postos pelo processo de envelhecimento demográfico. Não apenas pelo amplo apoio dos 160 países signatários, mas também pelo percurso de reflexão que fundamenta este documento, que envolve centenas de artigos científicos, debates e seminários. O documento estabelece três linhas base de orientações prioritárias, com diferentes níveis temáticos e respectivos objectivos e acções. Faremos um breve resumo destas conclusões, de forma definir as linhas gerais do que assumiremos como políticas para o envelhecimento:

Orientação prioritária I - Pessoas idosas e desenvolvimento: Nesta linha de orientação estão incluídas as políticas que visam a integração das pessoas idosas no desenvolvimento através: (i) da promoção do reconhecimento do contributo social, cultural, económico e político dos idosos; (ii) do apoio ao desenvolvimento rural, da migração e da urbanização; (iii) da garantia do acesso ao conhecimento, educação e formação; (iv) do fortalecimento da solidariedade através da igualdade e da reciprocidade entre as gerações; (v) da garantia de rendimentos, protecção/segurança social e prevenção da pobreza; (vi) do acesso equitativo das pessoas idosas a alimentação, abrigo, cuidados médicos e outros serviços, durante e depois de desastres naturais e outras emergências humanitárias.

Orientação prioritária II - Saúde e Bem-estar na velhice: Incluem-se aqui as políticas que visam a promoção da qualidade de vida para as pessoas idosas e que devem levar em conta: (i) a redução dos efeitos cumulativos dos factores que aumentam o risco de doenças e, conseqüentemente, a dependência dos idosos; (ii) o desenvolvimento de políticas de prevenção e acesso a uma alimentação adequada; (iii) a garantia do acesso universal e equitativo aos serviços de cuidados de saúde, através da eliminação das desigualdades socioeconómicas com base na idade, sexo, e de outros tipos, incluindo barreiras linguísticas; (iv) o desenvolvimento e fortalecimento de serviços de cuidados primários e contínuos que estejam adaptados às necessidades dos idosos, e que inclusive os incluam/envolvam neste processo; (v) o aprimoramento na avaliação do impacto do VIH/SIDA na saúde dos idosos, tanto para os infectados quanto para os cuidadores; (vi) a provisão de informação adequada, formação, cuidados médicos e apoio social para idosos infectados e seus cuidadores; (vii) promoção e reconhecimento do contributo dos idosos para o desenvolvimento do seu papel de cuidadores de crianças com doenças crónicas; (viii) provisão de informação actualizada a profissionais e “para-profissionais” sobre as necessidades específicas dos idosos; (ix) desenvolvimento de serviços de cuidados de saúde mental que previnam a intervenção precoce de idosos; (x) manutenção da capacidade máxima de funcionamento ao longo da vida e promoção da participação integral das pessoas idosas incapacitadas.

Orientação prioritária III: - Criação de um ambiente propício e favorável: A terceira linha de orientação tem como enfoque a promoção de um ambiente capaz de propiciar o desenvolvimento individual na velhice. Para tanto requer-se: (i) a promoção

do envelhecimento na comunidade em que se viveu tendo em conta as preferências dos indivíduos e custos de habitação acessíveis para os idosos; (ii) aperfeiçoamento no *design* da habitação e do ambiente de forma a possibilitar uma vida independente aos idosos, em particular os que têm necessidades especiais; (iii) aperfeiçoamento na disponibilidade e a preços adequados de transportes acessíveis e adaptados aos idosos; (iv) a provisão de cuidados continuados e serviços aos idosos de diversas fontes, para além de apoio aos cuidadores, em particular as mulheres; (v) eliminação de todas as formas de negligência, abuso e violência; (vi) criação de serviços especializados em lidar com o abuso de idosos; (vii) promoção do reconhecimento público da autoridade, sabedoria, produtividade, e outros importantes contributos dos idosos.

A perspectiva aqui apresentada procura evidenciar as principais questões relacionadas com o debate sobre o envelhecimento, bem como os principais desafios e orientações de políticas discutidas nos fóruns internacionais. Como enunciámos, a concretização em políticas mais definidas depende em grande medida da vontade política e da percepção sobre a relevância do tema e é claro, da adequação destas preocupações às necessidades locais.

Como veremos no próximo capítulo, as políticas para o envelhecimento também podem, e devem, ser integradas noutras linhas de análise e projectos envolvendo as políticas públicas. Sendo o envelhecimento demográfico uma tendência fortemente consolidada, é fundamental que ocorra uma rápida mudança na forma de pensar e fazer políticas, não apenas incorporando diferentes e novas necessidades, mas também promovendo o debate e a reflexão sobre o tema, de forma a romper estereótipos, ampliar a visão e construir um caminho mais plural e inclusivo para toda a sociedade.

Estas políticas devem ainda tomar em consideração os diferentes níveis de administração e formas de governança, tanto do ponto de vista das suas competências particulares, quanto da articulação entre estas diferentes esferas.

4. Envelhecer nas cidades - Cidades Criativas e Envelhecimento Demográfico – Observações com base em estudos de caso

Nos capítulos anteriores discutimos os aspectos fundamentais que envolvem as Cidades Criativas e o Envelhecimento Demográfico. Como vimos, ambos consubstanciam tendências bastante enraizadas e com forte impacto sobre o desenvolvimento económico.

“Population ageing and urbanization are two global trends that together comprise major forces shaping the 21st century. At the same time as cities are growing, their share of residents aged 60 years and more is increasing. Older people are a resource for their families, communities and economies in supportive and enabling living environments”. (WHO, 2007)

Neste capítulo propomos uma análise mais detalhada sobre a questão das cidades criativas, tendo como crivo as políticas para o envelhecimento. Reconhecida a importância e relevância de ambas as tendências, parece-nos lógico analisar as possibilidades e potencialidades resultantes de conciliar ambos os temas na análise e nas políticas. É neste sentido que o objectivo deste capítulo reside em investigar as particularidades do envelhecimento populacional urbano e a sua relação com a criatividade.

Partimos da discussão sobre as particularidades do envelhecimento nas cidades e das políticas que devem promover um envelhecimento activo, isto é, no sentido de as potencialidades da vida urbana serem integralmente fruídas pela população idosa. De seguida, revisitamos o debate sobre criatividade que efectuámos no capítulo dois, tendo como foco as relações entre a criatividade e o envelhecimento populacional urbano.

Por fim, de forma a explorar mais concretamente as possibilidades de conciliar as políticas e experiência de Cidades Criativas com a questão do envelhecimento

demográfico, analisamos alguns estudos de caso de dinâmicas criativas em bairros e instituições, observados no âmbito do projecto *Creatcity*,

4.1 Envelhecer nas cidades

Tendo em vista o debate presente no capítulo anterior, e como ponto de partida para a análise do fenómeno do envelhecimento populacional urbano, podemos referir o trabalho de Beauvoir (1990) sobre a velhice, um dos pioneiros sobre este tema. A autora identifica nas alterações das relações de trabalho a génese das mudanças no relacionamento da colectividade com os idosos.

“Numa sociedade predominante de camponeses e artesãos havia exacta coincidência entre a profissão e a existência, sendo o passar dos anos benéfico para muitos e “administráveis” para as profissões aonde as habilidades declinavam com a idade. A colectividade, portanto, não tinha que se preocupar com o idoso”.
(Beauvoir, 1990: 274).

Com a dissociação do trabalhador de seus meios de produção, a família passa a estar à margem das suas actividades produtivas, sendo os seus membros condenados à inactividade mais cedo, devido ao ritmo de alterações no processo produtivo e ao grau de especialização cada vez maior. Neste momento a colectividade vê-se obrigada a tratar a questão do idoso (Beauvoir, 1990: 274).

Embora o foco da autora se situe nas alterações das relações de trabalho, também é possível identificar aqui um importante ponto de partida para pensarmos o envelhecimento urbano. Como vimos nos capítulos anteriores, vivemos numa etapa particular, tanto do ponto de vista dos modelos de produção, quanto do ponto de vista da transição demográfica. Facto também destacado pelo Fundo de População das Nações Unidas no documento Situação da População Mundial 2007 (UNFPA, 2008: 29-30) que realça o aumento do número e proporção de idosos em todo o mundo, onde o movimento de urbanização concentrará uma proporção crescente da população idosa, em particular nos países em desenvolvimento.

“O envelhecimento da população está acontecendo rapidamente nos países em desenvolvimento; será preciso muita criatividade para enfrentar seus desafios”. (UNFPA, 2007: 33)

4.1.a Transformar as Cidades de e para os idosos

O documento sobre a Situação da População Mundial 2007 (UNFPA, 2008: 29-30) também destaca que o ambiente urbano possui determinadas características que podem ter impactos positivos e negativos no defrontar dos desafios do envelhecimento.

Pese embora toda a diversidade que envolve o universo das cidades, com diferentes escalas, formas de organização, etc., podemos pensar “genericamente” que, por um lado, as cidades oferecem melhores condições de serviços de saúde, a implementação do atendimento domiciliário e de recreação, o acesso à informação e às novas tecnologias, o desenvolvimento do movimento associativo e de serviços comunitários de apoio. Por outro, a urbanização tende a criar uma série de novas barreiras à autonomia dos idosos, principalmente físicas, e a corroer as formas de organização tradicionais que garantiam o apoio e o reconhecimento em todas as etapas da vida. Embora potencialmente as cidades ofereçam condições mais favoráveis para o envelhecimento, muitas delas tornam-se simplesmente virtuais diante da inexistência de pré-condições económicas, físicas e institucionais. Nesta perspectiva, apresentaremos os aspectos mais gerais dos desafios e potencialidades do envelhecimento nas cidades. É importante ter em mente que tais intervenções tendem a ter impactos directos e indirectos sobre a criatividade urbana, em particular no contributo dos idosos que vivem nas cidades, tema que exploraremos a seguir.

A Organização Mundial da Saúde, no seguimento do 18.º Congresso Mundial de Gerontologia, desenvolveu o projecto *Global age-friendly cities* (WHO, 2007) que teve como principal resultado um guia cujo objectivo é “mobilizar as cidades de forma a torná-las mais adaptadas ao envelhecimento, possibilitando o pleno desenvolvimento e contributo dos idosos para a humanidade”.

O documento tem como base o conceito de Envelhecimento Activo, definido como o processo de optimização das condições de saúde, segurança e participação, de forma a promover a qualidade de vida dos idosos. Neste sentido e, sendo o Envelhecimento Activo um processo desenvolvido ao longo da vida, uma cidade “amigável” ao envelhecimento não significa simplesmente um cidade adaptada ao idoso, dado que muitas das medidas adoptadas beneficiam directamente toda a comunidade.

O guia foi construído através do contributo de 35 cidades, com perfis bastante distintos. Deste trabalho resultaram oito aspectos determinantes para o Envelhecimento Activo nas cidades: (i) Espaços Exteriores e Edifícios; (ii) Transportes; (iii) Habitação; (iv) Participação na Sociedade; (v) Respeito e Inclusão Social; (vi) Participação Cívica e Emprego; (vii) Comunicação e Informação; (viii) Apoio Comunitário e Serviços de Saúde.

Salienta-se que estes oitos aspectos se sobrepõem e interagem, sendo plenamente coincidentes com grande parte dos desafios apontados pelo *Madrid International Plan of Action on Ageing*, descrito no Cap.3. Como veremos, o grande contributo deste trabalho foi o aprofundamento dos temas relacionados com as cidades.

Sobre o primeiro ponto, **Espaços Exteriores e Edifícios**, destacam-se as condições ambientais num sentido amplo e outras muito específicas, tais como a limpeza dos espaços públicos e controlo de odores e ruídos⁵ nos mesmos. Ainda nesta linha, são referidos os espaços verdes com condições de higiene (casas de banho), abrigo e locais para repouso (sentar) de fácil acesso. Aliás, a disponibilidade de locais onde as pessoas se possam sentar é colocada como ponto fundamental, não apenas nos parques públicos, mas também nas paragens de transportes públicos, com regularidade na distribuição e boas condições de manutenção e acesso.

Passeios, rodovias e o tráfego, são outros factores apontados. Os passeios devem ser livres de obstáculos, regulares e anti-derrapantes e suficientemente largos para acomodar cadeiras de rodas. Deve criar-se ainda um espaço exclusivo para os ciclistas. As rodovias devem assegurar condições para que os peões atravessem com segurança, o

⁵ Para se ter uma ideia concreta, o guia refere os exemplos da cidade de Tripoli, onde muitos habitantes reclamam do cheiro sufocante dos narguileh (cachimbos de água), e da Jamaica, onde a música alta é referida como problema.

que inclui não apenas a sinalização e as ilhas de descanso, mas também a adaptação do tempo dos semáforos, que devem incluir sinalização sonora e visual.

A acessibilidade dos edifícios é outro tema fundamental deste primeiro ponto: elevadores, rampas, sinalização adequada, corrimões, pisos anti-derrapantes, altura adequada nos degraus e disponibilidade adequada de casas de banho são algumas das condições que devem ser garantidas. Por fim, podemos referir algumas adaptações nos serviços, tais como a localização e implementação de sistemas de diferenciação dos utentes idosos (través, por exemplo, do atendimento privilegiado).

O segundo tema destacado é o da **Mobilidade**. Para além das tradicionais questões relacionadas com custos, frequência, segurança, conforto e destinos (incluindo paragens adequadas), é preciso garantir também a existência de assentos prioritários e serviços especializados para indivíduos com dificuldades de locomoção. Outra questão importante é a formação adequada dos motoristas, no que diz respeito a coisas tão simples como a travagem ou o estacionamento adequados ao embarque e desembarque dos passageiros idosos. Importa ainda referir a relevância da provisão adequada de informação, em matérias como os horários e percursos, entre outras. A adaptação dos veículos, como por exemplo a facilitação do acesso com pisos mais baixos, também é referida como fundamental, bem como as condições de circulação e estacionamento.

As condições de **Habitação**, terceiro ponto do guia, também merecem particular atenção. Como destacam Lich e Prado (2002: 70) a “casa” representa os laços familiares e afectivos construídos naquele espaço, vivenciados como um “santuário” particular das memórias da família. Por outro lado, atentam para a recorrente transformação da noção de abrigo em prisão, muitas vezes inviabilizando a independência e autonomia dos indivíduos, incluindo os não portadores de qualquer tipo de deficiência. Alguns pequenos detalhes podem, ao longo do tempo, transformar-se em grandes armadilhas, tais como os pequenos desníveis, as escadas sem corrimão, entre outros.

Neste sentido, é preciso garantir opções de Habitação específicas para os idosos, não apenas a custos acessíveis, mas também com condições no entorno que possibilitem ao idoso envelhecer no “seu espaço”. Para isso, é fundamental a disponibilidade de serviços e a garantia da adaptação e manutenção dos edifícios e dos domicílios, de forma a não apenas viabilizar uma vivência confortável, mas também a prevenir

acidentes. A adaptação do espaço público é outro pilar deste ponto, onde factores como a sensação de segurança e de pertença são fundamentais para a garantia das condições mencionadas.

O quarto ponto tem como foco a **Participação na Sociedade**, que aponta para o desenvolvimento de condições de acesso e oferta diversificada de actividades. Incluem-se aqui as já referidas preocupações com custos e o “acesso físico”, mas também o combate ao isolamento e a criação de “espaços de encontro” adequados às necessidades dos idosos. Para além da adaptação às necessidades específicas dos idosos, algumas delas já mencionadas, importa lembrar a relevância da adequação do horário e duração das actividades, a possibilidade do idoso levar um acompanhante, do acesso fácil aos bilhetes (que não os faça ter que enfrentar filas), entre outros.

Respeito e Inclusão Social foram os termos utilizados para designar a quinta área determinante do envelhecimento activo. Nesta linha incluem-se as questões relacionadas com o comportamento da sociedade em relação aos idosos e seus determinantes. Em termos práticos, espera-se que os serviços em geral sejam inclusivos ao tratar os idosos com respeito, tenham em conta a sua opinião e tenham formação específica para lidar com os mesmos.

A construção da “imagem” do idoso também tem aqui um papel fundamental, visto que a forma como o idoso é retratado na comunicação social tem uma forte repercussão sobre o comportamento dos indivíduos face ao envelhecimento. A promoção da interacção intergeracional também tende a ter efeitos extremamente positivos, bem como a inclusão da temática do envelhecimento no ensino e a integração dos idosos nas actividades escolares, partilhando conhecimentos diversos, vivências e experiências. Por fim, é importante lembrar a importância da integração do idoso na comunidade através da integração nos processos de decisão, do reconhecimento do contributo passado e presente destes indivíduos, e do reconhecimento do papel fundamental dos idosos para o estreitar dos laços dentro da comunidade.

As questões relacionadas com a **Participação Cívica e Emprego** foram outros temas de destaque. A pesquisa que deu origem ao guia revela que muitos dos entrevistados manifestaram dificuldades em encontrar alternativas no mercado de trabalho e inclusive em contribuir como voluntários. A ausência de cursos de formação destinados a esta

faixa etária e que reconheçam as necessidades específicas de acessibilidade deste grupo foi outra questão igualmente importante.

Os idosos também enfrentam alguma discriminação na participação em concelhos consultivos, assembleias etc., e frequentemente não são consultados na definição de políticas para os próprios.

As actividades desenvolvidas pelos idosos são frequentemente desvalorizadas e o mercado de trabalho, como vimos, é-lhes bastante hostil. Na perspectiva da criação do seu próprio posto de trabalho, observamos novamente barreiras (como por exemplo no acesso ao crédito).

A importância fundamental da **Comunicação e Informação** está reflectida no sétimo ponto do guia. Para além de ser absolutamente necessária a ampliação e diversificação das formas de comunicação disponíveis para a população idosa, principalmente no que diz respeito às novas tecnologias, devemos lembrar as necessidades específicas em termos de forma e conteúdos. Muitas vezes, questões simples como por exemplo a perda de acuidade visual podem ser minoradas com soluções simples, como o uso de fontes maiores e mais definidas, ou ecrãs mais luminosos nos multibancos. Estas “pequenas” alterações tendem a ter efeitos muito significativos na autonomia dos idosos.

Por fim, o último aspecto determinante para o Envelhecimento Activo nas cidades é o do **Apoio da Comunidade e Serviços de Saúde**. A preocupação com a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde é um factor apontado como fundamental e transversal. Pesem embora as diferentes concepções de provisão de saúde observada entre os países, a generalidade das pessoas idosas ouvidas nos inquéritos manifestou-se favorável à existência de uma provisão básica de cuidados. Ainda nesta linha de orientações estão incluídas as já referidas questões da prevenção, da melhor distribuição, do acesso e cobertura dos serviços, do desenvolvimento de serviços domiciliários e da formação de quadros específicos para lidar com o envelhecimento.

Retomando a ideia do incentivo ao envelhecimento “no local de pertença”, o voluntariado e o desenvolvimento de redes de apoio intra-comunitários têm aqui um papel fundamental. O guia chama ainda a atenção para a necessidade de incluir os idosos nos planos de emergência, frequentemente esquecidos nos modelos de prevenção e resposta a situações de emergência.

4.1.b Envelhecimento Populacional Urbano e Criatividade

Como vimos, as cidades possuem determinadas características que podem não apenas favorecer o desenvolvimento de boas condições para o envelhecimento, mas igualmente a criatividade. O facto é que a promoção de políticas para o envelhecimento encontra-se na base das políticas direccionadas para promover a criatividade na velhice. É importante referir que tais efeitos tendem a repercutir-se positivamente muito para além dos idosos. Por outras palavras, o benefício da promoção de políticas para o envelhecimento favorece a sociedade como um todo, no apoio à velhice mas também na mobilização de importantes recursos para a sociedade.

Como veremos, parte significativa das políticas de criatividade urbana orientadas para o envelhecimento devem partir do desenvolvimento de condições basilares da participação e integração dos idosos na sociedade.

O psiquiatra Gene Cohen, com longa experiência e investigação sobre o tema do envelhecimento, destaca que a velhice possui certas características, do ponto de vista dos processos individuais e das relações sociais, extremamente benéficas e impulsionadoras da criatividade (Cohen, 2000).

Cohen (2000) destaca, neste sentido, que todos possuem as capacidades necessárias para serem criativos e que a velhice possui características específicas capazes de impulsionar a criatividade, características estas que veremos com maior detalhe em seguida. Por outro lado, este autor destaca que a criatividade tende a trazer muitos benefícios para o envelhecimento, tais como o fortalecimento da moral face às adversidades, um contributo claro para a saúde física e o enriquecimento do relacionamento com a comunidade e a família.

O autor destaca que o desenvolvimento da criatividade na velhice possui algumas barreiras, sendo um dos principais entraves a este desenvolvimento os mitos criados em torno da mesma. Como já referimos, a construção da imagem do idoso na sociedade contemporânea relega-o para um papel “pouco confortável” e que, para além dos prejuízos que já referimos, em termos de inserção e participação por exemplo, também

constitui uma importante barreira para o desenvolvimento desta importante fonte de criatividade.

Como referimos no capítulo 2, a valorização e o reconhecimento da criatividade também dependem intimamente de um reconhecimento social. Neste sentido, a “desconstrução” de muitos dos mitos sobre o envelhecimento constitui uma importante tarefa na promoção do “hetero-reconhecimento social” e na “libertação” deste grande potencial criativo que é a velhice.

Para além das barreiras socialmente construídas, o autor destaca que algumas doenças do foro psiquiátrico, tais como a depressão, o medo e a ansiedade, também consubstanciam outra importante fonte de impedimentos para o desenvolvimento da criatividade na velhice.

Para refutar alguns dos mitos sobre a velhice, o autor destaca alguns aspectos do ponto de vista biológico. Cohen (2000) afirma que o envelhecimento não só não é uma experiência uniforme para todos os indivíduos, como o próprio corpo também não apresenta esta uniformidade. É dado particular destaque ao desenvolvimento do cérebro, cuja complexidade no funcionamento, nos mecanismos de reabilitação, regeneração, e “reorganização”, constitui um dos principais argumentos contra o fatalismo usualmente atribuído ao envelhecimento.

Contrariando o provérbio que diz que “não se pode ensinar novos truques a cães velhos”, o envelhecimento biológico mostra-se muito mais complexo e imprevisível do que o modelo social nos faz crer. Mesmo face a tendências mais fortes, como é o caso da perda de agilidade mental, é importante que, face a esta situação, poderemos encarar estas alterações como benéficas, se entendidas do ponto de vista do ritmo excessivamente acelerado em que muitos de nós vivemos hoje. Esta perda de agilidade pode significar um acerto no compasso: embora as palavras tendam a fugir da memória o certo é que o envelhecimento também comporta um aumento do “leque” de palavras disponíveis.

O autor destaca que a experiência é sem dúvida um dos recursos mais importantes para a criatividade na velhice, não só em termos do conhecimento acumulado ao longo da vida, mas sobretudo no desenvolvimento da forma de lidar com as emoções, as adversidades e de romper com convenções pré-estabelecidas. O significado do tempo é

sem dúvida outra importante mudança. Neste sentido, Cohen (2000) destaca que a “proximidade da morte”, por exemplo, tem uma forte influência sobre o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, sobre a criatividade.

No mesmo trabalho, o autor sugere ainda três categorias para pensarmos a relação entre o envelhecimento e a criatividade: (i) a criatividade que se inicia com o envelhecimento; (ii) a criatividade que continua ou muda com o envelhecimento; e (iii) a criatividade relacionada com a perda.

No campo da criatividade que tem início com o envelhecimento, o autor lembra que o percurso da vida pode muitas vezes sustentar o potencial criativo dos indivíduos. “Presos” aos hábitos, às obrigações e às rotinas, muitos acabam por ter apenas na velhice, com a reforma ou com a impossibilidade de dar continuidade a determinada actividade por questões de saúde por exemplo, a oportunidade de romper com este ciclo e dar início às actividades que realmente desejavam e tinham vocação para exercer.

Cohen (2000) destaca o campo artístico como um bom exemplo da criatividade que continua ou muda com o envelhecimento. Com vários exemplos de artistas com ampla produtividade até o final da vida, o autor sublinha que o envelhecimento pode resultar em novos desafios e novas possibilidades, seja pela já referida maturidade e experiência acumulada, seja por eventuais desafios impostos por limitações físicas que obriguem uma “adaptação criativa”. Esta visão é partilhada por Lindauer et al (1997), que procuraram investigar de que forma o envelhecimento afecta a criatividade dos artistas. Com base em questionários preenchidos por 88 artistas gráficos com idades superiores aos 60 anos (seleccionados por 154 artistas proeminentes), os autores afirmam que a qualidade e a quantidade do trabalho foram referidas como tendo melhorado com a idade e que a presumida “limitação” trazida pela velhice era algo irrelevante ou transponível.

A terceira categoria sugerida por Cohen (2000) é a da criatividade relacionada com a perda. Nela estão incluídas as mudanças advindas dos processos de perda, em particular, as questões resultantes das adversidades que surgem neste período. É o caso de muitos casais idosos cuja morte do cônjuge representa não apenas uma experiência emocional bastante marcante, mas também uma alteração brusca na forma, nas necessidades e nas possibilidades de reequacionar a forma de viver.

Devemos ainda lembrar que parte da criatividade que envolve o envelhecimento urbano encontra-se justamente na diversidade de formas ainda não exploradas de adaptar e criar políticas para tal efeito. Como vimos, a densificação relacional, a criação de dimensão e de obtenção de massas críticas e a diversidade de meios, recursos e mercados, também tendem a ter seus efeitos positivos sobre a criatividade no envelhecimento urbano, desde que sejam salvaguardadas as condições para que este “grupo particular” também tenha oportunidade de acesso e possa beneficiar destes efeitos.

Como vimos, muitas destas políticas repercutem-se positivamente muito para além do grupo dos idosos, podendo o mesmo raciocínio pode ser feito para a questão da criatividade e do grande potencial que representa a convivência intergeracional nestes termos.

Tendo em mente os referidos aspectos gerais das particularidades da criatividade especificamente vinculada ao envelhecimento e, de igual forma, das questões relacionadas com o envelhecimento urbano, avançamos para a observação de alguns estudos de caso, de forma a explorar mais concretamente as possibilidades de conciliar as políticas e experiência de Cidades Criativas com a questão do envelhecimento demográfico.

4.2 Os Estudos de Caso do Projecto Creatcity

Nesta etapa procuramos explorar de forma mais concreta as possibilidades de conciliar as políticas e as experiências de Cidades Criativas com a questão do envelhecimento demográfico, tendo como base os estudos de caso observados no âmbito do Projecto Creatcity⁶. A perspectiva internacional do projecto, a possibilidade de observação em campo de cidades e dinâmicas criativas bastante diversificadas, bem com a perspectiva aplicada do conhecimento, possibilitaram uma observação bastante enriquecedora do ponto de vista das oportunidades concretas de conciliar a temática do envelhecimento com as Cidades Criativas.

⁶ Para mais informações sobre o projecto www.creatcity.iscte.pt

Partindo da discussão sobre Cidades Criativas o projecto tem como objectivo aumentar o conhecimento e construir linhas estratégicas de actuação sobre os quadros, as dinâmicas e os mecanismos de governança susceptíveis de promover e enraizar a revitalização urbana, a criatividade e a competitividade das cidades. Procura ainda explorar e analisar criticamente as relações entre as diferentes escalas de actuação pública, as lógicas de internacionalização e as dinâmicas urbanas/metropolitanas.

Para tal, o projecto desenvolveu uma abordagem conceptual de análise e realizou uma série de estudos empíricos com base em estudos de caso localizados em três áreas metropolitanas: Lisboa, São Paulo e Barcelona.

Em Lisboa, cidade a partir da qual o projecto é coordenado, e mereceu uma análise mais específica e aprofundada, foram escolhidos os bairros de Alcântara, Martim Moniz, Almada e Bairro Alto. Já em Barcelona foi escolhido o bairro da Grácia e duas associações: Palo Alto e 22@. Na cidade de São Paulo os estudos de caso centraram-se no bairro da Vila Madalena e em duas instituições: Serviço Social do Comércio (SESC-SP) e São Paulo Fashion Week (SPFW). A descrição sucinta dos estudos de caso encontra-se no Anexo 1.

Face ao facto de a proposta de análise dos estudos de caso com o enfoque no tema do envelhecimento demográfico ter sido feita num estágio já avançado do trabalho de campo, não foi possível incluir no guião das entrevistas questões directamente vinculadas ao tema.

Para a análise destes estudos de caso optámos pela construção de tipologias elaboradas com base: (i) nos estudos preparatórios para o trabalho de campo, (ii) nos resultados preliminares das mais de 50 entrevistas realizadas, e (iii) no material recolhido no trabalho de campo.

Dois eixos base orientaram a construção das três tipologias: (i) nível de actuação e (ii) compatibilidade com as políticas para o envelhecimento. Do ponto de vista do nível de actuação dos diversos agentes envolvidos, a preocupação e concretização em medidas que já tenham em conta a população idosa, teve como referência as políticas enunciadas na primeira parte deste capítulo. Da mesma forma, observámos a compatibilidade dos estudos de caso e avaliámos a possibilidade de os mesmos incluírem na sua intervenção, ou dinâmica, linhas de políticas e intervenções relacionadas com as políticas para o

envelhecimento, bem como a compatibilidade dos actuais modelos de desenvolvimento e dinâmicas criativas identificadas.

Com base na observação dos estudos de caso construiu-se uma tipologia com as seguintes categorias:

1. Actuação ausente e compatibilidade conflituante
2. Compatível porém inexplorado
3. Compatível e incorporado

Os estudos de caso com as características de actuação ausente e compatibilidade conflituante apresentam dinâmicas criativas que não denotam nenhuma preocupação com a questão do envelhecimento. Em certa medida possuem também dinâmicas criativas não compatíveis com as preocupações apontadas nas políticas para o envelhecimento. Como veremos, algumas dessas dinâmicas podem, por exemplo, excluir a participação dos idosos, o que não significa que não devam ser incentivadas.

No segundo grupo foram integrados os estudos de caso cujas dinâmicas criativas se mostraram potencialmente compatíveis com as políticas para o envelhecimento, embora em termos de actuação esta preocupação ainda não esteja reflectida. Neste grupo, mais uma vez, estão os estudos de caso em que as dinâmicas criativas observadas apresentam grande compatibilidade com as políticas para o envelhecimento, mas tal preocupação não está incorporada na actuação dos agentes.

Por fim, o último grupo agrega os estudos de caso onde as dinâmicas criativas apresentam grande compatibilidade com as políticas para o envelhecimento e também assumem, em termos de actuação, uma preocupação marcadamente relacionada com a questão do envelhecimento demográfico. Nestes casos, as dinâmicas criativas apresentam resultados de preocupações explícitas com a questão do envelhecimento.

Ao avançarmos com a análise dos estudos de caso devemos ter em atenção que, face à diferença na natureza dos mesmos, basicamente, (a) bairros e “espaços”, e (b) instituições e projectos, não é possível fazer uma comparação directa entre estes. A escala e os instrumentos disponíveis são completamente diferentes, bem como as necessidades inerentes a cada uma das realidades locais. Por outras palavras, ao observarmos a análise dos estudos de caso como um todo, devemos ter em conta que

estamos a lidar simultaneamente com a análise de dinâmicas criativas de um bairro e de uma instituição, podendo esta última actuar em vários bairros.

A figura 6 apresenta o enquadramento dos estudos de caso na tipologia construída segundo a sua compatibilidade e actuação com as políticas de envelhecimento. A classificação de cada um dos estudos de caso foi feita com vista a equacionar as dinâmicas, particularidades e singularidades de cada contexto.

Figura 6: Estudos de Caso – Compatibilidade e Actuação



Apenas dois dos estudos de caso apresentaram características de dinâmicas criativas com menor grau de compatibilidade e actuação em relação às políticas para o envelhecimento. Pese embora toda a dinâmica que envolve a São Paulo Fashion Week (SPFW), os seus subprodutos e os efeitos de repercussão que se estendem muito para além do desfile em si, a preocupação e compatibilidade com a temática do envelhecimento esbarram numa marca bastante presente no discurso dos principais intervenientes deste processo: “a força da juventude”. Algumas iniciativas como a recente inclusão de modelos cujo manequim destoava do padrão, como forma de alertar

para a importância dos cuidados com a saúde e excessos cometidos em prol da beleza, podem dar-nos alguma pista acerca de alternativas mais inclusivas.

O projecto 22@ Barcelona foi outro identificado como sendo de baixa compatibilidade e actuação. A marca da modernidade e da inovação foi o mote para a completa transfiguração daquele espaço urbano. Sem entrar no debate acerca do mérito do projecto, importa aqui referir que a ruptura com o passado e a aposta excessivamente focada nos jovens não olhava para a história e a experiência local como fontes de criatividade e desenvolvimento. A visão de requalificação urbana ali implementada opunha as estruturas e dinâmicas remanescentes ao “progresso” e ao desenvolvimento.

Grande parte dos estudos de caso observados apresentou uma elevada compatibilidade e baixa actuação relativamente às políticas para o envelhecimento. Ao observarmos as dinâmicas criativas existentes, foi possível identificar diversas possibilidades de incorporação da perspectiva do envelhecimento. É o caso da associação Palo Alto, também localizada no bairro barcelonês de Poblenau. Enquanto projecto, a associação não apresenta formalmente nenhum entrave explícito para a incorporação das questões relacionadas com o envelhecimento. Apesar de algum espaço ser ocupado por criadores mais velhos, a dinâmica criada para a cedência dos espaços não possui preocupações claras com a questão intergeracional e, na prática, devido ao alto custo de muitos dos espaços, fica limitada aos criadores mais novos. A relação com a população local, com uma parcela significativa de idosos, também é pouco inclusiva no que diz respeito à integração dos mesmos no projecto da Associação, quer como “consumidores e utentes” do espaço, quer enquanto criadores. De facto, a dinâmica ali presente é muito mais caracterizada pelo conflito do que pela cooperação intergeracional entre os membros.

O bairro do Martim Moniz, em Lisboa, também foi classificado como sendo de elevada compatibilidade e com baixa actuação. Embora tenham sido identificadas algumas preocupações com as questões do envelhecimento, estas centram-se fundamentalmente em apoios de cunho mais assistencialista, através dos cuidados de saúde e dos chamados centros de dia e lares. As entrevistas apontaram para uma participação intensa de três associações na construção do ambiente criativo da região, sendo ainda referida a grande concentração de populações imigrantes e a consequente diversidade cultural como pontos positivos para a criatividade. Como vimos, a forma de organização das famílias e

a diversidade na visão das diferentes comunidades sobre o papel dos idosos pode ser bastante benéfica para promover a integração e a convivência intergeracional.

A freguesia de Alcântara, na zona sul do concelho de Lisboa, encontra-se em fase de transição, sendo o estudo de requalificação urbanística “Alcântara XXI” um dos principais dinamizadores do debate e já responsável pela criação de alguma dinâmica na área. Assim como no caso do Martim Moniz, as entrevistas revelaram que ainda persiste uma importante relação de vizinhança na comunidade. Embora as construções de condomínios de alta qualidade tenham sido predominantes nas intervenções mais recentes, o desenvolvimento do centro de arte da Lx Factory trouxe uma nova dinâmica para Alcântara. Mais uma vez, embora as dinâmicas observadas apresentem a priori grande compatibilidade com a integração de políticas para o envelhecimento, na prática elas encontram-se ausentes do ponto de vista da actuação, sendo inclusivamente incapazes de integrar a população idosa aqui residente. A chamada “gentrificação” também é um dos efeitos que ameaçam esta área da cidade de Lisboa.

O bairro da Vila Madalena, em São Paulo, e o Bairro Alto, em Lisboa, possuem diversas semelhanças em relação às suas dinâmicas criativas e na sua relação com as políticas para o envelhecimento. Com dinâmicas bastante variadas ao longo do dia, ambos os bairros concentram uma assinalável diversidade de bares e discotecas, cujo funcionamento altera significativamente as características desta zona no período nocturno. Ambos os lugares oferecem por outro lado uma grande variedade de opções de gastronomia. Durante o dia a “vida de bairro” mescla-se com o comércio e os serviços de cultura, bem como com ateliês e centros de exposição. A presença das associações também é marcante nestes dois espaços, sendo as mesmas fundamentais na dinamização e organização de muitas das actividades e eventos que os ajudam a promover. A percepção ao longo das entrevistas aponta para uma maior presença de idosos no Bairro Alto, bem como uma maior integração dos mesmos nos benefícios advindos da intensa vida cultural e animação nocturna. Observou-se, por exemplo, que muitos idosos são proprietários de estabelecimentos comerciais.

A cidade de Almada, localizada na região de Lisboa, o bairro da Grácia, em Barcelona, e a Instituição SESC, de São Paulo, foram os três estudos de caso que apresentaram

maior compatibilidade e actuação das suas dinâmicas criativas com as políticas para o envelhecimento.

Reconhecida pela importante participação no universo do teatro português, Almada, através de sua companhia de teatro, possui aquele que é o festival internacional de teatro mais importante do país. Ao longo das entrevistas destacou-se o grande envolvimento da população idosa como um dos principais públicos do festival. A forte tradição das colectividades e a presença de um centro histórico que ainda preserva o comércio tradicional e as relações de vizinhança favorecem igualmente a participação dos idosos e a convivência intergeracional. De facto, os resultados observados foram “surpreendentes” no sentido em que este estudo, em particular, foi escolhido como referências para um bairro sem uma “notória” dinâmica criativa, onde se procurou identificar a criatividade presente no quotidiano das pessoas.

A intensa vida nocturna, a grande concentração de restauração, comércio e centros culturais considerados “alternativos”, aliadas a uma intensa dinâmica associativa e a características físicas (como a existência de muitas praças, bares com esplanadas e espaços públicos, com um forte enraizamento do “sentimento de bairro”), conferem ao bairro da Grácia um caldo cultural singular e de destaque na cidade. Mesmo sem terem sido identificadas linhas de actuação marcadamente direccionadas para o envelhecimento, o bairro possui determinadas características que propiciam uma melhor integração dos idosos. É justamente através da manutenção de dinâmicas de partilha e encontro nos espaços públicos, bem como a referida dinâmica associativa e forte sentimento de identificação com o bairro, que as dinâmicas criativas ali presentes conseguem integrar as diferentes gerações numa perspectiva de valorizar as tradições e integrar novas e velhas experiências num trabalho de construção partilhado. A gentrificação também foi um dos efeitos negativos da fama adquirida pelo bairro, com repercussão sobre a população idosa, que também encontrou dificuldades para continuar, ou até, mudar-se para este espaço.

Por fim, destacamos o trabalho do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESCSP). A instituição que conta com mais de 60 anos de existência e uma rede de 32 unidades destinadas a promoção da cultura e do desporto, tem incorporada na sua linha de actuação uma forte componente destinada aos idosos, tanto na perspectiva da oferta de

actividades direccionadas para este público, quanto no acesso, na inclusão, no envolvimento e desenvolvimento da convivência intergeracional. Sendo uma das instituições pioneiras a trabalhar a questão do envelhecimento no Brasil, o trabalho do SESCSP é sem dúvida um grande exemplo de integração das políticas para o envelhecimento com uma perspectiva ampla do contributo dos idosos, não apenas envolvendo os mesmos em actividades, mas também promovendo a reflexão e o debate sobre o tema, através de palestras, colóquios e de uma publicação que lhe é exclusivamente dedicada.

Em linhas gerais, a observação dos estudos de caso permite-nos afirmar que, pese embora a existência de uma forte compatibilidade entre as dinâmicas criativas encontradas e as políticas para o envelhecimento, a actuação neste sentido ainda é nula ou incipiente, constituindo um importante campo a ser explorado. Este potencial é particularmente significativo em domínios como o acesso, adequação dos espaços e formação dos actores envolvidos.

A questão do envelhecimento ainda é predominantemente encarada sob o estereótipo da dependência e dos cuidados de saúde, numa perspectiva marcadamente assistencialista. Factor que contribui para a perpetuação de preconceitos e para a edificação de obstáculos, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento deste importante potencial criativo.

O poder público constitui ainda um pilar fundamental na promoção das “condições de base” para a integração dos idosos nas dinâmicas e processos criativos. Muitos dos obstáculos “físicos”, ou materiais, ainda representam uma barreira significativa e eventualmente intransponível, mesmo para um projecto adequado às políticas para o envelhecimento.

Por outro lado, existe uma diversidade de formas de governança, independentes da intervenção pública, e muitas fundamentais para algumas dinâmicas criativas aqui apresentadas, como é o caso do Palo Alto, ou de muitas instituições presentes no Bairro Alto ou na Vila Madalena, que também podem ser potenciadas através da articulação com os temas e os desafios associados ao envelhecimento.

Não podemos deixar de lembrar que muitas dinâmicas criativas não se coadunam com a incorporação de políticas para o envelhecimento. É plenamente possível e aceitável que

um determinado projecto seja criativo, e “desejável” do ponto de vista das políticas públicas, mesmo que não se adequa a uma perspectiva que inclua as questões inerentes ao envelhecimento. No entanto, se tivermos em conta os estudos de caso observados, a conclusão a que chegamos é a de que estes tipos de casos de total incompatibilidade seriam a excepção.

5. Conclusões

Para avaliar as políticas de Cidades Criativas tendo em vista os desafios colocados pelo envelhecimento demográfico, procurámos numa primeira etapa explorar o conceito de Cidades Criativas, as suas origens e os seus usos diversos. Reconhecida a diversidade de abordagens e a sua importância enquanto ferramenta de reflexão e planeamento, face ao processo de urbanização em curso, parece-nos claro que uma abordagem adequada que recorra às Cidades Criativas é aquela que for capaz de articular a diversidade de abordagens sintetizadas nas 3 tipologias síntese apresentadas, com as características do território de intervenção.

Embora possamos identificar dinâmicas criativas em partes significativas das áreas urbanas, é preciso deixar claro que nem todas as cidades possuem características que possibilitem o desenvolvimento de verdadeiras políticas inerentes às Cidades Criativas. Como vimos, a questão da dimensão, por exemplo, é um dos factores essenciais para o desenvolvimento destas dinâmicas. Sem o importante factor da aglomeração, e seus efeitos sobre a criatividade e a produção, não se consegue promover e incentivar dinâmicas sistémicas e sustentáveis de criatividade.

Na etapa seguinte explorámos a questão do envelhecimento populacional, outro pilar deste estudo. Não sendo plausível equacionarmos políticas para responder a uma tragédia de tal monta, capaz de inverter as tendências demográficas, resta-nos avançar o mais rapidamente possível no aprofundamento da reflexão e de políticas que tenham em conta este processo.

Destacámos a heterogeneidade e multidimensionalidade dos processos de envelhecimento, e os principais desafios que se colocam em áreas como o trabalho, a saúde, a inclusão, etc. Neste sentido, as políticas públicas têm aqui um papel

fundamental, não apenas por uma questão de justiça e de cidadania, mas também para a promoção e bom funcionamento da economia. Face ao acelerado processo de transformação da estrutura etária, rumo ao envelhecimento, é de se esperar que os países e as cidades que tenham capacidade e vontade política para se antecipar no desenvolvimento de políticas de longo prazo devam certamente experimentar significativos ganhos de competitividade futuros.

Ao reconhecer a importância do ambiente urbano e da criatividade para o desenvolvimento, e ao traduzir tais preocupações em políticas, muitas economias conseguiram promover e alavancar a produção de bens e serviços. Para além disso, deve ressaltar-se a capacidade de engendrar dinâmicas sustentáveis de criatividade que se renovem constantemente, garantindo a permanência de um círculo virtuoso que se estende muito para além dos efeitos materiais.

O desafio que orientou o percurso deste trabalho consistiu em integrar o debate sobre as Cidades Criativas com as políticas para o envelhecimento demográfico. Assim, definimos no segundo e no terceiro capítulos o que seriam estas políticas e procurámos delinear as fronteiras e especificidades deste debate no quarto capítulo. Observou-se que os desafios colocados pelo envelhecimento possuem características particulares que, ao serem adequadamente enfrentadas, tendem a gerar efeitos positivos muito para além deste grupo específico, beneficiando a sociedade como um todo.

A particularidade da criatividade que envolve o envelhecimento urbano é também claramente uma questão ainda pouco explorada, cujo potencial ficou evidente ao longo da nossa investigação. Vale neste sentido a pena lembrar que parte da criatividade que envolve o envelhecimento urbano também está presente na diversidade de formas de criar e adaptar a governação urbana. Como vimos, a densificação relacional, a criação de dimensão e obtenção de massas críticas, bem como a diversidade de meios, recursos e mercados, também tendem a ter efeitos positivos sobre a criatividade no envelhecimento urbano, benefícios estes que se devem estender para a sociedade em geral, na perspectiva da integração intergeracional. Para tal é importante que sejam salvaguardadas as condições para que os idosos também tenham oportunidades de acesso e benefício, na promoção de tais efeitos.

Do ponto de vista teórico, a incorporação da temática do envelhecimento no debate das Cidades Criativas mostrou-se não apenas possível como igualmente desejável. Como vimos, a procura do desenvolvimento de conhecimento e inovação pode ser facilmente convertida na estigmatização e rejeição do “velho”. Ao destacarmos a diversidade de experiências, percursos e características da velhice, pretendemos chamar a atenção para o importante contributo que as gerações mais velhas podem dar na promoção da criatividade.

A análise dos estudos de caso possibilitou ainda identificar uma forte compatibilidade entre as dinâmicas criativas existentes em realidade bastante diversas, o que evidencia o potencial contributo da temática do envelhecimento para o aperfeiçoamento das políticas, experiências e conceitos de Cidades Criativas.

Por outro lado, tornou-se também evidente que a multidimensionalidade e transversalidade na lógica das Cidades Criativas constitui uma clara vantagem na reflexão e planeamento das cidades e na definição dos seus modelos de governação. Mesmo sem termos identificado uma preocupação concreta com o tema do envelhecimento, foi manifesta a potencialidade e compatibilidade que resultam em incorporar estes desafios às políticas de Cidades Criativas.

Embora não tenhamos avançado com propostas concretas para cada um dos estudos de caso, podemos afirmar que parte significativa das alterações necessárias para uma melhor inclusão dos idosos nestas experiências apresenta custos bastante reduzidos. Em larga medida, é suficiente um ajuste fino no “olhar sobre o envelhecimento” para mudar radicalmente a relação com os idosos e, conseqüentemente, beneficiar do seu potencial criativo. As barreiras constituídas pelos estigmas e pelos preconceitos em relação ao envelhecimento configuram ainda o principal obstáculo na plena integração dos idosos.

O ruído em torno dos conceitos de Cidades Criativas e do envelhecimento foi determinante no percurso trilhado. Ultrapassada esta etapa de sistematização de conceitos, temos pela frente um vasto campo de possibilidade de investigação com a conjugação dos dois temas. Diversos pontos poderiam ainda ser explorados numa perspectiva de investigação futura, dos quais destacaríamos a relação do envelhecimento com dinâmicas e mecanismos de governança mais concretos, e o

aprofundamento do estudo sobre as dinâmicas de criatividade inerentes à relação dos idosos com o ambiente urbano, numa perspectiva territorial mais detalhada.

Quando colocada a hipótese de escolha de um percurso alternativo neste trabalho, certamente poderíamos passar pelo enfoque nos estudos de caso que, estando no cerne deste trabalho, requereriam então certamente a análise de propostas para uma melhor adequação das dinâmicas criativas identificadas.

Referências

Almeida, V. (2003) Modernidade e Velhice In: Vários. Serviço Social & Sociedade, 75, ANO XXIV – Velhice e Envelhecimento.. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 35-54.

Asheim, B.; Coenen, L. ; Moodysson, J. ; Vang, J. (2006) Constructing knowledge-based regional advantage: Implications for regional innovation policy in International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management.

Auer e Fortuny (2000) Ageing of the Labour Force: Economic and Social Consequences, Employment Paper 2000/2, Employment Sector, International Labour Office Geneva in OECD Countries.

Beauvoir, S. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Boden, M. (1990), The Creative Mind: Myths and Mechanisms: London, George Weidenfeld and Nicolson Ltd.

Carvalho, J. A. M. de; Garcia, R. A. (2003) O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3): 725-733, mai-jun, 2003.

Caves, R. (2002). Creative Industries: Contracts between Art and Commerce, Cambridge /London: Harvard University Press.

Cohen, G. (2000) The Creative Age: Awakening Human Potential in the Second Half of Life, HarperCollins Publishers Inc, Nova Iorque

Comissão das Comunidades Europeias (2005) Livro Verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas”, Bruxelas, 16.3.2005, Comunicação da Comissão, COM(2005) 94 final

Costa, P. (2005). A noção de cidade criativa e as suas implicações para as políticas culturais: Alguns contributos para uma reflexão sobre o caso português, Comunicação à Conferência “Políticas Públicas para o Desenvolvimento”, Lisboa, ISCTE, 16-17 Junho 2005

Costa, P., Magalhães, M., Vasconcelos, B. E Sugahara, G. (2007) A discussion on the governance of "Creative Cities": Some insights for policy action. Norwegian Journal of Geography, 61:3, pp. 122-132.

Costa, P., Vasconcelos, B. E Sugahara, G. (2007) O meio urbano e a génese da criatividade nas actividades culturais. Comunicação ao 13º Congresso APDR “Recriar e valorizar o território”, Açores, 5-7 Julho 2007

Costa, P., Vasconcelos, B., Sugahara, G. (2007) Beyond services competitiveness: urban milieu and creativity in cultural activities. Comunicação ao XVII International RESER Conference 13-15 September 2007.

Costa, P., Magalhães, M, Vasconcelos, B e Sugahara, G. (2008), "On 'creative cities' governance models: A comparative approach", The Service Industries Journal Volume 28(3-4) April–May 2008

Costa, P. (coord) (2009) Projecto Cascais - Relatório Intermédio - Estudo de intervenção estratégica para a Câmara Municipal de Cascais com o objectivo de avaliar o potencial das indústrias Culturais e Criativas no concelho: Estudo Sobre o Potencial de Desenvolvimento de Cascais com base nas indústrias criativas (Dinâmia, 2007-2008)

Cunningham, S. 2003. The Evolving Creative Industries: From Original Assumptions to Contemporary Interpretations. Creative Research and Application Centre, Queensland University of Technology, Queensland.

<http://eprints.qut.edu.au/archive/00004391/01/4391.pdf> (accessed November 2006).

Cunningham, S., Hearn, G., Cox, S., Ninan, A. & Keane, M. 2003. Brisbane's Creative Industries 2003. Queensland University of Technology and Brisbane City Council, Brisbane.

Debert, G. G. A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento EDUSP, FAPESP, 1999 local PUC: 305.26 D286R.

Ebert, R., F. Gnad And K. Kunzmann (1994), The Creative City. Working Paper 2: Concepts and Preconditions of a Creative City, Comedia

Florida, Richard (2000) The rise of the creative class, and how it is transforming work, leisure, community and everyday life Basic Books, Nova Iorque

Florida, R. (2003) Cities and the Creative Class, City & Community 2:1 March

Florida, R. (2002) Bohemia and economic geography, Journal of Economic Geography 2 pp. 55-71.

Florida, R. & Tinagli, I. 2004. Europe in the Creative Age. DEMOS Europe, London. <http://www.demos.co.uk/files/EuropeintheCreativeAge2004.pdf> (Acesso Setembro 2009).

- Hansen, A.L., Andersen, H.T. & Clark, E. 2001. Creative Copenhagen: Globalization, urban governance and social change. *European Planning Studies* 9:7, 851-869.
- Hall, P. (1998), *Cities in Civilization*. London: Pantheon
- Hall, P. 2000. *Creative Cities and Economic Development*, Carfax Publishing, Taylor & Francis Group, *Urban Studies*, Vol. 37, No. 4, 639–649.
- Handke, C. (2004), “Defining creative industries by comparing the creation of novelty”, Humboldt University Berlin/ Erasmus University Rotterdam
- Cotis, J.P. (2003) *Population ageing: Facing the challenge*, OCDE, Disponível em http://www.oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/1081/Population_ageing:_Facing_the_challenge.html
- KEA (2006), *The Economy of Culture in Europe*, Brussels, CE-KEA
- KEA (2009), *The Impact of Culture on Creativity*, CE-KEA
- Kelly, P. (2007) *Integration and participation of older persons in development*, United Nations, Social Affairs Officer, Programme on Ageing, Division for Social Policy and Development, Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/ageing/documents/papers/Integration_participation.pdf
- Kunzmann, K.R. (2004) *An Agenda for Creative Governance in City Regions* in *DISP*, 158, 5-10
- Landry, C. (2000), *The Creative City – A toolkit for urban innovators*, Comedia, EarthScan, London.
- Licht, F.B., Prado, A.R.A. (2002) *Idosos, cidade e moradia: acolhimento ou confinamento?* In: *Revista Kairós: gerontologia / Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia – PUC-SP. Vol. 5, nº5 – São Paulo: EDUC, dez.2002. p. 67-80.
- Lindauer, M., Orwoll, L., Kelley, C. (1997) *Aging Artists on the Creativity of Their Old Age*, *Creativity Research Journal*, Vol. 10, nº2 &3, 133-152.
- Moreira, M. de M. (2001) *Determinantes Demográficos do Envelhecimento Brasileiro*. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/idot5_1.pdf Acesso Setembro 2009

- Moreira, M. de M. (2001) Envelhecimento da População Brasileira: aspectos gerais. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/envelhecimento/Env_p25a56.pdf Acesso Setembro 2009
- NESTA (2006) Creating Growth-How the UK can develop world class creative business, London, NESTA Research Report.
- O'Connor, J. (1999), The Definition of 'Cultural Industries', Manchester Institute For Popular Culture, Manchester Metropolitan University.
- O'Regan (2001) Cultural Policy, Cultural Planning and Creative Industries Policy Making, Culturelink, Special Issue 2001, pp. 33-50.
- Pratt, A. (2004) The cultural industries in South East England: Towards a sectoral strategy. Power, D. & Scott, A.J. (eds.) The Cultural Industries and the Production of Culture, 1936. Routledge, London.
- Rato, B.; Mühlhan, O., Roldão, A. (2009) A typology of creative cities in the world - lessons learned, Paper presented to the UPE 8th International Symposium, March 23rd–26th, 2009, Kaiserslautern, Germany.
- Reis, J. (2009), Uma ciência indisciplinar: A cidade dos Economistas (mimeo)
- Scott, A. (2006), "Creative Cities: Conceptual issues and Policy Questions", Journal of Urban Affairs, Volume 28, Number 1, pp. 1-17.
- Throsby, D. (2001) Economics and Culture. Cambridge: Cambridge University Press
- Towse, R. (2004), "Towards an economics of creativity" – Vienna Workshop on Creativity Industries, Vienna.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division (2005) Living Arrangements of Older Persons Around the World, Population Studies, No.240
- United Nations Department of Economic and Social Affairs (2006) Guidelines for review and appraisal of the Madrid International - Plan of Action on Ageing - Bottom-up participatory approach
- United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division (2007) World Economic and Social Survey 2007, Development in an Ageing World, E/2007/50/Rev.1
- World Health Organization (2007) Global Age-friendly Cities: A Guide.

Anexos:

Anexo 1: Descrição Sucinta dos Estudos de Caso do Projecto Creatcity

LISBOA:

Alcântara

Alcântara é uma freguesia situada na zona Sul do Concelho de Lisboa, onde, apesar de alguma construção residencial assente em condomínios de alta qualidade, persiste a existência de fábricas e armazéns abandonados. Nas suas dinâmicas recentes, destaca-se o estudo de requalificação urbanística Alcântara XXI, que se desenvolve em 43 hectares, correspondendo a um conjunto de antigas fábricas a converter em espaços para habitação, escritórios, comércio, equipamentos e oficinas artesanais e ainda um interface de transportes.

Neste espaço, a Lx Factory desenvolveu um centro de arte, que abraça propostas de 14 curadores de Arte Contemporânea e que integra um complexo de antigos edifícios industriais reconvertidos para ateliers de arquitectos e artistas, escola de dança e restaurante, espaço para experimentação, produção e apresentação de arte, denominado Test, on art.

Almada

Almada é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Setúbal, região de Lisboa e subregião da Península de Setúbal, sendo actualmente a sexta cidade mais populosa em Portugal (com cerca de 101 500 habitantes).

A Companhia de Teatro de Almada iniciou a sua actividade em 1971 mas foi em 1978 que o Grupo se instalou em Almada, no teatro da Academia Almadense, cumprindo deste modo a sua integração no movimento da Descentralização Teatral que então dava os primeiros passos. Em 1988, após dez anos de actividade teatral intensa em Almada e no seu concelho, a Companhia, convidada pela Câmara local, torna-se residente do Teatro Municipal de Almada. Esta é subsidiada pelo Ministério da Cultura / Instituto das Artes e pela Câmara Municipal de Almada, e é considerada uma das mais importantes estruturas teatrais portuguesas. O Festival de Almada, uma organização conjunta da Companhia e da Câmara Municipal vai já na sua 24ª edição e é considerado o Festival internacional de teatro mais importante do país.

Bairro Alto/Chiado

O Bairro Alto divide-se pelas freguesias da Encarnação e de Santa Catarina, em Lisboa. Este espaço de ruas estreitas e emparelhadas tem como dominante o sector residencial mas destaca-se sobretudo pelo comércio e serviços de cultura e lazer que apresenta. Aí se podem encontrar grande diversidade de bares e restaurantes, centros de actividade artística, lojas de roupa e outras actividades.

Aqui tem-se assistido à diminuição da população residente ao longo das últimas décadas, mas essa diminuição tem vindo a ser atenuada, o que poderá indicar uma inversão de tendência habitacional.

A zona do chiado tem como principal artéria a Rua Garret e, na sua continuação, o largo do Chiado, sendo esta zona conhecida pela concentração de lojas, cafés e livrarias, zona essa que em 1988 foi devastada por incêndio e que, actualmente, se encontra renovada. Tradicionalmente era conhecida pelas suas ligações intelectuais e, hoje em dia, distingue-se como zona cultural, onde se localizam diversos teatros.

A associação Zé dos Bois formou-se em 1994 e apresenta-se como um espaço de criação e experimentação contemporânea. Ocupa edifícios abandonados do centro da cidade, para desenvolvimento de projectos, nomeadamente exposições que não têm lugar na rede das galerias de arte do país.

Martim Moniz

O Martim Moniz situa-se no centro da freguesia do Socorro, em Lisboa, na base do Castelo de São Jorge. Inclui a denominada Zona da Mouraria.

É um centro multicultural da cidade, onde se misturam as novas culturas de emigrantes, tornando a praça num ponto de comércio étnico.

BARCELONA:

22@

O projecto 22@Barcelona consiste na transformação de duzentos hectares de um solo industrial de Poblenou num distrito inovador que oferece espaços modernos para a concentração estratégica de actividades intensivas em conhecimento. Esta iniciativa corresponde ainda a um projecto de renovação urbana, que pretende recuperar a histórica vitalidade económica e social de Poblenou. Trata-se do projecto de transformação urbanística mais importante da cidade de Barcelona nos últimos anos e um dos mais ambiciosos da Europa, com um potencial imobiliário alto e um investimento pública do plano de infra-estruturas de 180 milhões de euros.

Associação Palo Alto

A Fundação Privada do Centro de Produção Artística e Cultural do Palo Alto foi criada em 1997, tendo como objectivos a promoção da gestão de actividades artísticas, a criação de um fundo cultural, a reabilitação de edifícios, entre outros. Está instalada num antigo complexo fabril reconvertido, em PobleNou, onde actualmente existe um conjunto de 19 estúdios criativos partilhados por inúmeras empresas com estratégias, profissionais e estudos bastante diversos.

Bairro da Gracia

O Bairro da Gracia situa-se no Distrito da Gracia, em Barcelona (é o distrito mais pequeno de Barcelona, com 4,19 km², mas o 2º com maior densidade populacional (28.660 hab/km² – em 2005 tinha 120,087 hab).

Este bairro é conhecido pela sua vida animada e concentração de restauração, comércio, bem como centros culturais vanguardistas e alternativos. Possui grande dinâmica associativa, e aí se estabeleceram diversas entidades cívicas e sociais. Existe uma importante presença cigana que tem incutido carácter ao bairro e de onde surgiram nomes de artistas conhecidos.

SÃO PAULO

Bairro Vila Madalena

O bairro Vila Madalena localiza-se na cidade de São Paulo, no distrito do Alto de Pinheiros (região oeste). Este bairro é bastante conhecido por ser um reduto boémio da cidade desde o início dos anos 70, quando os estudantes aí se fixaram, pela proximidade à Universidade de São Paulo. Aí existe uma forte concentração de bares e discotecas, uma escola de samba e, actualmente, abriga uma concentração ímpar de ateliers, centros de exposições artísticas, lojas de vanguarda e escolas de música e teatro.

A associação de moradores organiza feiras para mostrar os talentos artísticos do bairro e um festival anual, que atrai gente de toda a cidade, com espectáculos e tendas de artesanato.

SP Fashion Week

O São Paulo Fashion Week (SPFW) é um evento de moda realizado em São Paulo. Começou em 1996, mas até ao ano 2000 era conhecido como Morumbi Fashion Brasil. Durante este tempo, estilistas, produtores, modelos, patrocinadores, jornalistas, agências, indústrias e técnicos profissionalizaram-se e ganharam espaço na área. Por isso, este evento de moda, que se realiza 2 vezes por ano, é hoje o mais importante da América Latina e aparece entre as principais semanas de moda do mundo. Para além do aumento em termos de participantes e público em geral, este evento representou uma mudança significativa para o país e para a indústria têxtil, uma vez que os empresários foram obrigados a investir em tecnologia, máquinas e mão-de-obra especializada, para concorrer com o mercado estrangeiro que crescia no Brasil, sendo que os investimentos cresceram de 600 mil reais na primeira edição, para mais de cinco milhões em 2006.

SESC-SP

O SESC – Serviço Social do Comércio – é resultante de um sólido projecto cultural e educativo que trouxe, desde sua criação pelo empresariado do comércio e serviços, há 60 anos, a marca da inovação e da transformação social. Ao longo dos anos, inovou ao introduzir novos modelos de acção cultural e sublinhou, na década de 1980, a educação como pressuposto para a

transformação social. A concretização desse propósito deu-se por uma intensa actuação no campo da cultura e suas diferentes manifestações, destinadas a todos os públicos, em diversas faixas etárias e estratos sociais. Para além de oferecer uma grande diversidade de eventos, contribui para experiências mais duradouras e significativas.

No Estado de São Paulo, o SESC conta com uma rede de 32 unidades, em sua maioria centros culturais e desportivos. Desenvolve, ainda, acções de educação informal e permanente com intuito de valorizar as pessoas ao estimular a autonomia pessoal, a interacção e o contacto com expressões e modos diversos de pensar, agir e sentir.